

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Elias Bernardo de Brito Júnior

O Papel político da imprensa batista: o Batista Paulistano e
os governos de Jânio a Médici

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ELIAS BERNARDO DE BRITO JÚNIOR

O Papel político da imprensa batista: o Batista Paulistano e os governos de Jânio a Médici

Mestrado em Ciências da Religião

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião sob a orientação do Prof. Doutor Silas Guerriero.

São Paulo

2009

Banca Examinadora

Dedicatória

À minha mãe incentivadora fiel e incansável.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Silas Guerriero que me acolheu no meio do percurso e que me fez crer que ainda era possível.

À secretária do programa Andréia que, de maneira tão gentil e paciente me atendeu ao longo desse período.

Aos meus amigos, Rafael Alessandro, Daniel e Fernanda, Helenice, Josué, Marcelo Santos, Renata, Hugo, Gilberto, Marcelo, Girlene e Jacira. Todos sempre acreditaram.

À minha família, pela paciência interminável que dispensaram a mim.

Ao Programa de Ciências da Religião pelos novos horizontes que me ajudaram a vislumbrar.

À Banca examinadora e a PUCSP.

RESUMO

ELIAS BERNARDO DE BRITO JUNIOR

O Papel político da Imprensa batista: o Batista Paulistano e os governos de Jânio a Médici

Os Batistas Brasileiros instalam-se no território nacional no final do século XIX, provenientes dos Estados Unidos da América. Aqui experimentam um período de grande crescimento. Hoje estão localizados em todas as unidades da federação. Seu expansionismo despertou a necessidade de criar meios de comunicação que mantivessem coeso o imenso grupo. Os Batistas Brasileiros do Estado de São Paulo fundaram o jornal Batista Paulistano no ano de 1909. O jornal tinha caráter informativo, divulgava as atividades desenvolvidas e era o canal de comunicação entre a liderança e a membresia no Estado. Este trabalho investiga o papel político do jornal Batista Paulistano do governo Jânio ao governo Médici. Período que marca a transição de um regime democrático de direito para um regime ditatorial implantado pelo Exército Brasileiro. Procura analisar se o jornal adotou uma postura de imparcialidade ou de engajamento político na luta contra a ditadura militar, além de reconhecer a importância do periódico como Documento Histórico revelador do cotidiano, da cosmovisão e do pensamento batista.

Palavras – chaves: Protestantismo, Política, Imprensa, Pensamento Batista

ABSTRACT

The political role of the Baptist press: the Batista Paulistano and the governments of Jânio to Medici

The Brazilians Baptists settled down in the national territory at the end of 19th century, proceeding from The United States of America. Here, in Brazil, they have experienced a period of great growth. Today they are located in all the units of the federation. Its expansionism has awakened the need to create means of communication that kept the immense group cohesive. The Brazilians Baptists of the State of Sao Paulo founded the Batista Paulistano periodical in 1909. The periodical had an informative mark, it divulged the activities developed and it was the mean of communication between the leadership and the members in the State. This project investigates the political role of the Batista Paulistano periodical from Jânio government to Medici government. Period that marks the transition from a democratic regime of duty for a dictatorial regime implanted by Brazilian arm. This project seeks analyze whether the official adopted a posture of impartiality or a political engagement in the fight against military dictatorship. In addition to recognize the importance of the periodical as an historic document revealing of the quotidian , Cosmovision and Baptist Thought.

Key words: Protestantism, Politics, Printing Press, Baptist Thought

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: Batistas: origens, organização e pensamento	
Introdução.....	16
1.1 Origem.....	17
1.2 Organização.....	21
1.3 O pensamento.....	23
CAPÍTULO II: Da agonia da Democracia ao nascimento da Ditadura	
Introdução.....	28
2.1 O Governo Jânio Quadros – 1961.....	29
2.2 O governo de João Goulart.....	34
2.3 O Golpe.....	41
2.4 O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco - 1964 -1967.....	43
2.5 O Governo do General Artur da Costa e Silva - 1967 – 1969.....	47
2.6 O Governo do General Emílio Garrastazu Médici -1969 – 1974	51
CAPÍTULO III: o Batista Paulistano	
Introdução.....	55
3.1 O Batista Paulistano durante o governo Jânio Quadros.....	62
3.2 O Batista Paulistano durante o governo João Goulart.....	63
3.3 O Batista Paulistano durante o governo do marechal Humberto castelo Branco	72
3.4 O Batista Paulistano durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva	82

3.5 O Batista Paulistano durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici	88
--	----

CAPÍTULO IV: A relação dos Batistas Brasileiros de São Paulo com o Estado

Nacional nas páginas do Batista Paulistano

Introdução.....	98
4.1 O Batista Paulistano em 1961.....	98
4.2 O Batista Paulistano entre 1961 e 1964.....	101
4.3 O Batista Paulistano entre 1964 e 1967.....	104
4.4 O Batista Paulistano entre 1967 e 1969.....	105
4.5 O Batista Paulistano entre 1969 e 1967.....	107
4.6 O Batista Paulistano entre 1961 e 1964.....	109
Conclusão.....	112
Bibliografia.....	117

O Papel político da Imprensa batista: o Batista Paulistano e os governos de Jânio a Médici

INTRODUÇÃO

O desejo de realizar a pesquisa, sugerida no tema deste trabalho, surgiu durante o pleito municipal ocorrido no ano de 2004 na cidade de São Paulo.

Durante a campanha eleitoral, vários candidatos à prefeitura paulistana, visitaram diversas comunidades religiosas a fim de ganharem a simpatia e, conseqüentemente, os votos desse segmento social em expansão.

No contato realizado entre a candidata à prefeitura pelo Partido dos Trabalhadores, com um grupo de religiosos de confissão batista na zona leste de São Paulo, tornou-se visível o repúdio e inúmeras críticas.

Tal manifestação ocorreu, pelo fato de que a candidata integrava um partido de suposta tendência socialista, pertencente à chamada ala esquerda da política brasileira e não às suas propostas para a administração municipal.

Nessa ocasião, os principais jornais impressos – O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo - que circularam pela cidade, noticiaram as repercussões de tais visitas e, em alguns casos, os candidatos receberam apoio irrestrito dos líderes religiosos locais denominacionais e, em outros, o repúdio foi velado.

Percebi que nos casos de apoio denominacional irrestrito noticiados, quer sejam de candidatos de esquerda, centro ou de direita, figuravam as comunidades pentecostais históricas e neopentecostais. E que nos casos de repúdio e de críticas havia uma certa divergência entre os grupos conhecidos como protestantes históricos, sobretudo entre os adeptos (liderança vs. liderança e membresia vs. membresia) dos Batistas Brasileiros na capital paulistana.

Enquanto algumas denominações publicaram farto material impresso - jornais- sobre os candidatos ao Poder Legislativo originários do grupo ou declarações de apoio público a um dos diversos candidatos ao Poder Executivo, nada foi produzido ou publicado pelo Batista Paulistano, principal órgão divulgador das ações dos Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo.

A observação deste fato despertou em mim, o desejo de compreender um pouco mais a relação existente entre os Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo com a política nacional, a partir de sua principal publicação em um período em que se posicionar favoravelmente ou não, era intensamente exigido por diversos segmentos da sociedade brasileira.

Situo esse período entre os anos de 1961 a 1974, pois marca a passagem do Estado Brasileiro de um Regime Democrático de Direito para um Regime Ditatorial imposto pelas forças armadas.

Esta é uma época que se inicia com os dois últimos presidentes democraticamente eleitos de forma direta até o fim do período de violenta repressão.

É marcada também pelo acirramento dos conflitos sociais e políticos envolvendo a participação, o enfrentamento e o posicionamento de vários agentes sociais.

[...] Os camponeses sem terra promoviam invasões em nome de uma Reforma Agrária que viria na lei ou na marra. Os trabalhadores urbanos paravam as fábricas e os meios de transporte, agitavam as cidades e as ruas com repetidas greves. Os estudantes participavam de campanhas de alfabetização utilizando métodos inovadores que propunham a 'conscientização' dos pobres e dos deserdados deste mundo. Questionavam a universidade conservadora e também ocupavam ruas com suas passeatas. Até os militares subalternos, normalmente subordinados, erguiam seus fuzis ameaçadores, exigindo-se reconhecimento e participação. Um redemoinho agitava o tempo, impelindo as consciências e tomando formas artísticas, na música, no teatro, no cinema e nas artes plásticas. Mais e mais pessoas passavam a acreditar na possibilidade de mudar o mundo através da palavra, do voto, da ação prática." (RIDENTI, 1993, prefácio)

Em contato com as principais instituições representativas e formadoras da liderança Batista no Estado de São Paulo - Convenção Batista do Estado de São Paulo e Faculdade Teológica Batista de São Paulo -, pude constatar que inexistem publicações que considerem o centenário jornal Batista Paulistano como um importante documento para a história do cotidiano denominacional no período transitório democracia- regime militar objeto deste estudo.

Assim, a proposta deste trabalho é apontar a importância do jornal Batista Paulistano como Documento Histórico revelador do cotidiano (preocupações, ações, possíveis diretrizes e posicionamentos, ideologias, imaginário) dos Batistas Brasileiros do Estado de São Paulo, sua relação com os governos de Jânio Quadros a Médici em seus aspectos políticos e socioeconômicos, bem como, estabelecer um parecer sobre sua imparcialidade ou engajamento político durante o período.

Por serem os Batistas Brasileiros do Estado de São Paulo os fundadores, mantenedores e editores do jornal Batista Paulistano, esta denominação receberá o principal enfoque.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, **Batistas: origens, organização e pensamento**, abordarei algumas teorias que procuram explicar a origem do grupo, sua trajetória até a sua chegada no território nacional, sua classificação junto aos demais grupos protestantes e sua instalação no Estado de São Paulo. Outro aspecto explicitado será sua organização em departamentos e o modo de pensar e agir dos Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo.

O segundo capítulo, **Da agonia da Democracia ao nascimento da Ditadura**, trata-se do contexto histórico desde o governo Jânio da Silva Quadros até o governo de Emílio Garrastazu Médici. O capítulo apresentará dois subtópicos: primeiro, os últimos governos civis – Jânio da Silva Quadros e João Goulart abrangendo o período de Janeiro 1961 até Março de 1964, e o segundo, abordando o período referente aos primeiros governos militares, Governo Castelo Branco, Governo Costa e Silva e Governo Médici.

No terceiro capítulo, **O Batista Paulistano**, tem por objetivo apresentar de maneira detalhada o jornal durante o período de treze anos de que trata este trabalho. As edições do jornal foram subdivididas em seis períodos, obedecendo a uma concordância cronológica com os governos analisados. Apresento diversos artigos publicados que nos permitem conhecer o cotidiano dos Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo, suas aspirações, suas ações, principais empreendimentos, bem como, seu ponto de vista acerca das transformações culturais, políticas e socioeconômicas do período.

E por fim, o quarto capítulo, **A relação dos Batistas Brasileiros de São Paulo com o Estado Nacional nas páginas do Batista Paulistano**, serão analisados os dados apresentados no capítulo anterior. O presente capítulo tem por objetivo destacar o jornal Batista Paulistano como um importante documento para o conhecimento da história do cotidiano dos batistas brasileiros no período e demonstrar a sua cosmovisão referente aos aspectos político, cultural e socioeconômico.

CAPÍTULO I

Batistas: origens, organização e pensamento

Introdução

O cenário religioso brasileiro apresenta uma diversidade enorme de grupos e credos, cenário este que, nem de longe se assemelha ao apresentado no Brasil do início do período imperial, onde o catolicismo apostólico romano era hegemônico em todas as concentrações urbanas.

Hoje é possível encontrar nas metrópoles brasileiras um número sem fim de grupos religiosos e de igrejas cristãs de todas as vertentes – Católica Apostólica Romana, Católica Apostólica Brasileira, Católica Ortodoxa, Protestantes Tradicionais, Pentecostais ou Neopentecostais, templos orientais, terreiros das religiões afro-brasileiras, centros Kardecistas e / ou espiritualistas, centros propagadores do esoterismo, mosteiros e outros diversos segmentos relacionados às novas religiosidades.

O simples caminhar pela metrópole paulista nos coloca em contato com essa diversidade facilmente perceptível e que demonstra também as realidades estadual e nacional.

Existem diversos grupos que se denominam Batistas: batistas regulares, batistas renovados, batistas nacionais, batistas do sétimo e batistas brasileiros, todos eles espalhados pelo imenso território nacional com suas igrejas / comunidades instauradas e atuando nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Entre os diversos segmentos religiosos presentes no Estado de São Paulo, quero destacar os Batistas Brasileiros que possuem aproximadamente 995 igrejas e 403 congregações espalhadas pelo Estado de São Paulo, ultrapassando o número de 7.203 igrejas no Brasil. Portanto, uma presença marcante e mais do que centenária em território brasileiro.

Os Batistas Brasileiros constituem um dos mais importantes grupos religiosos presentes no cenário político nacional, este grupo que se encontra presente em todos os estados da federação, tem seus membros inseridos e atuantes nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, participando assim, como agentes formadores de opinião e transformadores da sociedade brasileira.

Este capítulo se propõe a fazer uma breve investigação acerca do grupo majoritário, os Batistas Brasileiros, uma vez que nos é de fundamental importância compreender: a) origem; b) sua organização; c) pensamento.

1.1 ORIGEM

Existem várias teorias que tentam explicar a origem dos batistas: a) Teoria JJJ – Jerusalém-Jordão-Jesus; b) Teoria do parentesco espiritual com os anabatistas; c) Teoria do Separatismo inglês.

A primeira teoria delas é a teoria JJJ ou Jerusalém-Jordão-João. A base para sua elaboração foi dada inicialmente no século XVIII por Tomás Crosby que desejava a todo custo estabelecer relações entre os Batistas e a igreja primitiva. Esta hipótese procura se sustentar no fato de que no início do cristianismo o batismo infantil não era uma prática comum. Vários foram os escritores que apoiaram tal teoria, entre eles David Benedict, Joseph Iviney, Thomas Armitage e J. M. Carrol, todos estes relacionados mantêm laços com o grupo, destes o mais famoso em terras tupiniquins é este último, sua obra “O rastro de Sangue” até hoje seduz diversos fiéis batistas. Em sua introdução encontramos o seguinte:

[...] quase sempre encontramos pessoas que nos perguntam qual é a igreja mais antiga? Este livro responde satisfatoriamente aquela pergunta. Não há razão, pois, para o povo não saber a verdadeira história de da Igreja de Jesus Cristo. Visitei

alguns estados e muitos pastores aqui no Brasil e não encontrei nenhum livro nas bibliotecas das igrejas e mesmo dos próprios pastores, sobre a história da igreja de Jesus Cristo, que fosse claro, documentado e bem condensado. O Rastro de Sangue, vem preencher esta lacuna, e vem servir como manual da história da igreja de Jesus Cristo (as igrejas batistas).” (MCNEALY, prefácio do livro O Rastro de Sangue)

Esta teoria ganhou força e também foi uma tentativa de desassociar os batistas dos grupos mais radicais que defendiam a separação Igreja – Estado, o batismo por imersão apenas de adultos e após uma declaração pública de fé.

Vários são os argumentos para a defesa desta teoria, os seus partidários tinham como principal afirmação à perpetuidade da igreja batista desde os tempos bíblicos e através dessa afirmação rejeitavam toda e qualquer relação com a Igreja Católica e com as igrejas oriundas da Reforma Protestante.

As Teorias do Parentesco espiritual com os anabatistas e a do Separatismo inglês são consideradas, pelos Batistas contemporâneos, as mais prováveis explicações para a origem dos batistas, devido às similaridades entre as práticas doutrinárias e os dogmas seguidos pelos atuais grupos.

[...] Tão logo a Reforma foi implantada, numerosos foram os que dela discordaram, entre os quais um grupo conhecido como “anabatistas”, assim denominados porque não reconheciam o batismo na infância, e sim quando realizado na idade adulta, mesmo que a pessoa já tivesse sido batizada. Tornava-se então necessária uma “rebatização”, o que deu origem ao nome anabatistas, isto é, rebatizador. As origens desse movimento – por não poucos considerado uma seita – são controversas; no entanto, a maioria dos especialistas reconhece 1525 como o ano do nascimento do anabatismo, por iniciativa de um grupo de crentes suíços liderados por Huldrych Zwingli (1484-1531), teólogo e humanista.” (AZEVEDO, 2002 P.32)

Podemos observar no texto acima que uma das marcas desse grupo religioso é sem dúvida o batismo de adultos, o mesmo pode ser encontrado em um importante documento dos Batistas Brasileiros: o Rumo e Prumo.

[...] Os batistas crêem que a fé surge antes do batismo, e não o batismo antes da fé. Não há regeneração ou salvação no ato do batismo propriamente dito. O batismo é um ato simbólico, significando a passagem do crente da vida anterior cheia de pecados, para uma vida nova”. (Rumo e Prumo, 2003, p.6)

Em conformidade com este documento publicado pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, juntamente com a Ordem dos Pastores Batistas do Estado de São Paulo, deixa claro que os mesmos princípios defendidos pelos anabatistas do início da Idade Moderna se apresentam como orientação doutrinária aos grupos religiosos que autodenominam Batistas Brasileiros.

O batismo representa um ritual de passagem para aqueles que antes possuíam uma vida desregrada e pecaminosa, passando para uma vida regenerada e, além do mais, representava também a confirmação da fé do indivíduo, o que só pode acontecer em idade adulta.

Os Batistas Brasileiros descendem dos Batistas do Sul dos Estados Unidos.

No ano de 1845, na cidade de Augusta, no Estado da Geórgia, foi organizada a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, uma convenção com motivações exclusivamente missionárias. Havia por parte destes batistas do sul dos Estados Unidos uma necessidade de se evangelizar o mundo, a começar pelo leste asiático, tendo como primeiro campo à China. Para isso, criou-se uma Junta de Missões Estrangeiras, tal departamento seria o responsável pela ação evangelizadora ou missionária da Convenção.

Conta-nos o historiador batista, José Pereira dos Reis, que o primeiro missionário enviado pela Junta de Missões estrangeiras da Convenção Batista do

Sul dos Estados Unidos, chegou por aqui no ano de 1860. Seu nome era Thomas Jefferson Bowen e, depois de uma longa temporada na Nigéria e com a saúde debilitada, tendo estado um período de tratamento nos Estados Unidos, vem ao Brasil a fim de evangelizar esta nação de maioria católica.

As dificuldades foram imensas, os relatórios enviados aos Estados Unidos davam conta dos diversos obstáculos á evangelização do Brasil de tal modo que, a liderança da convenção opta por abortar o desejo missionário em relação ao Brasil.

Outras questões internas como a Guerra civil americana de 1861 -1865 impulsiona a redução das despesas da organização.

[...] Derrotados na guerra, muitos sulistas pensaram em refazer suas vidas e fortunas emigrando para outros países. Dentre esses o que mais perspectivas agradáveis oferecia era o Brasil. O próprio governo brasileiro mostrava –se interessado em receber imigrante. Assim, a partir de 1865, várias levas de imigrantes sulistas deixaram sua pátria em demanda da terra brasileira. Localizaram-se em diversos lugares, mas o grupo mais bem sucedido foi o que se estabeleceu no interior da então província de São Paulo, em Santa Bárbara, próximo de Campinas.” (PEREIRA,1982, P.10)

Embora a guerra civil americana tenha provocado a interrupção do processo de evangelização por parte da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, não impediu que americanos sulistas viessem ao Brasil e aqui organizassem igrejas de acordo com suas confissões de fé. O mesmo José dos Reis Pereira nos conta que em 1871 foram organizadas três igrejas. Primeiro, uma Presbiteriana, depois uma Metodista e a 10 de setembro a Primeira Igreja Batista contendo 23 membros e sendo pastoreada por um dos colonos emigrantes.

Esta, apesar de ser a Primeira Igreja Batista fundada em território nacional, nunca deixou de ser uma igreja de língua inglesa, uma vez que foi fundada para atender exclusivamente os emigrantes da região, pouco envolvimento possuía com os da terra. Atribui-se, então, como motivação primeira para a presença

batista no Estado de São Paulo o conflito civil norte-americano e não a razão primeira apregoada pelos batistas, que seria a evangelização de toda a América.

O pesquisador Antônio Gouveia Mendonça, no que diz respeito à classificação dos Batistas, afirma que:

[...] No esquema das famílias de Igrejas da Reforma, os batistas aparecem como um ramo paralelo. A denominação de "Protestantes", dada comumente aos batistas, é imprópria e geralmente recusada por eles mesmos. Autodenominam-se "batistas", simplesmente, ou, melhor ainda, "um povo chamado batista". Suas raízes históricas, segundo eles, estão no Novo Testamento. Não se consideram fruto da Reforma, embora tenham assumido seus pressupostos teológicos. (MENDONÇA, 2002. p.42)

Para efeito de pesquisa, os batistas objetos deste trabalho serão considerados protestantes históricos.

1.2 ORGANIZAÇÃO

A Igreja de confissão batista, aqui referida, e considerada pertencente ao Protestantismo Histórico, são aquelas que congregam os chamados Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo e que se reúnem em associações.

As associações são organizações associativas que visam a cooperação mútua entre as comunidades participantes.

Estas associações estão presentes nos diversos municípios de um Estado e o conjunto de associações de um Estado dá origem a uma Convenção Estadual, que também possui caráter associativo e de cooperação mútua.

As Convenções Estaduais se reúnem anualmente eventos administrativo e

litúrgico. A livre associação de diversas convenções resulta numa organização muito maior e formam a Convenção Batista Brasileira.

Este é órgão máximo dos Batistas Brasileiros em território nacional, mas não possuem caráter deliberativo, apenas associativo para melhor desempenharem a cooperação entre as comunidades de mesma confissão.

Estes encontros anuais ocorrem para elegerem diretorias executivas dos diversos departamentos da associação e das convenções (departamentos esses destinados às diversas faixas etárias presentes na comunidade) propriamente dita. Discutem e publicam orientações sobre questões de ética da liderança, desvios doutrinários e demais assuntos pertinentes ao grupo.

Outra marca bastante presente nos grupos anabatistas e herdados pelos atuais batistas são os seguintes:

[...] o anabatismo nunca foi homogêneo nem centralizador. Cerca de 40 seitas anabatistas, reunidas cada uma em torno de um líder, atuavam com independência própria (...). Um outro ponto de fricção era a recusa de qualquer interferência do Estado em assuntos da Igreja. As prescrições bíblicas deveriam predominar.” (AZEVEDO, 2002 P.32)

Em outro documento podemos visualizar:

[...] 1º - A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta”.

2º - O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e, bíblicamente, batizadas.

3º - A separação entre igreja e estado.

4º - A absoluta liberdade de consciência.

5º - A responsabilidade individual diante de Deus.

6º - A autenticidade e apostolicidade das igrejas.”

(Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira, 1966)

Os Batistas Brasileiros de acordo com a sua Declaração Doutrinária, também determinam a superioridade das escrituras em todas as situações, utilizam-na como regra de fé e conduta.

A defesa da autonomia iniciada pelos primeiros grupos anabatistas, ainda hoje é preservada pelos atuais grupos batistas. O princípio 2º ressalta tal fato e se constitui em um elemento de fundamental importância para a compreensão do modo de pensar e agir dos Batistas Brasileiros.

1.3 O pensamento

Os Batistas Brasileiros, alvos deste estudo, defendem de maneira ardorosa a autonomia da Igreja local, não abrem mão de sua independência diante dos demais pastores e / ou líderes denominacionais.

Possuem estatutos próprios, regimentos internos que norteiam a ação da comunidade de fiéis e da instituição enquanto pessoa jurídica. É este mesmo princípio de autonomia que impossibilita a existência de um líder nacional, embora seja eleito anualmente em assembléia da convenção, o presidente ou a convenção não tem poder de imposição às suas afiliadas.

De certa forma é possível afirmar aqui, que o pensamento dos Batistas Brasileiros ainda é o mesmo que chegou ao território nacional trazido pelos missionários norte-americanos e que, salvo poucas adaptações, permanecem até os dias de hoje.

Este é um pensamento marcado em linhas gerais pelo anticatolicismo, pelo laicismo do Estado e pelo liberalismo. Todos ganharam muita força por aqui.

Os batistas que aqui chegaram por ocasião do século XIX, trouxeram elementos diferentes do ponto de vista social e político, no entanto, tais elementos ficaram restritos aos batistas, uma vez que sua presença e ação eram cerceadas pela instituição cristã dominante: Igreja católica Apostólica Romana.

Este cerceamento ao pensamento batista, aos poucos começa a ser rompido mediante grandes debates travados entre o grupo religioso dominante – o romanismo – e os batistas brasileiros, estes debates dão visibilidade ao grupo minoritário, dava oportunidade ao mesmo para se apresentar como algo novo, diferente em todos os aspectos, desde os culturais até o político. A presença batista no Brasil é tida por diversos segmentos sociais como algo moderno.

Pensar em anticatolicismo e laicismo do Estado é trazer à tona, ou colocar em destaque o Liberalismo Clássico, uma das marcas da sociedade estadunidense / norte-americana de onde derivam os batistas brasileiros. O pensamento iluminista que influencia os estadunidenses, chega ao Brasil através do protestantismo.

Eis aqui a diferença entre o novo – modo de vida batista – e o velho – o romanismo.

O pensamento batista reafirma alguns princípios do chamado liberalismo clássico, princípios dos quais os grupos não abrem mão em hipótese alguma. A separação entre Igreja – Estado é regra entre os batistas brasileiros.

“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” e “o meu reino não é deste mundo”, são expressões comumente utilizadas por muitos líderes batistas diante da possibilidade de se fazer alianças e / ou convênios com os poderes constituídos.

Apregoa-se a absoluta liberdade de consciência; o princípio da liberdade religiosa no espaço sócio-político proporcionado pela separação entre Igreja-Estado; o princípio de democracia, tanto na acepção individual quanto eclesiástica. A defesa destes princípios tem norteado o pensamento batista desde a chegada dos missionários norte-americanos.

O pesquisador Israel Belo de Azevedo em sua obra: A Celebração do Indivíduo, afirma o seguinte acerca dos princípios batistas que norteiam o pensamento político do grupo:

[...] Tanto a Igreja quanto o Estado são ordenados por Deus e responsáveis perante Ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus. Cabe ao Estado o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem estar público. O Estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social. Os cristãos devem aceitar suas responsabilidades de sustentar o estado e obedecer ao poder civil, de acordo com os princípios cristãos. O Estado deve à Igreja a proporção da lei e a liberdade plena, no exercício do seu ministério espiritual. A Igreja deve ao Estado o reforço moral e espiritual para a lei e a ordem, como a proclamação clara das verdades que fundamentam a justiça e a paz. A Igreja tem a responsabilidade tanto de orar pelo Estado quanto de declarar o juízo divino em relação ao governo, às responsabilidades de uma cidadania autêntica e consciente, e aos direitos de todas as pessoas. A Igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o Estado.” (AZEVEDO, 2004, p.204)

Fica claro então, que o posicionamento político em relação ao Estado é permeado pela mais ampla liberdade de um e de outro. A existência de um respeito mútuo balizado pela máxima libertária de “um governo livre num povo livre”. (AZEVEDO, 2004, p.210)

Os batistas partem do princípio de que os governos civis são absolutamente necessários, como meio para que o papel religioso do homem seja integralmente

realizado. Afirmam que o governo civil é autoridade divina, para o interesse e a boa ordem da sociedade humana, recorrendo aos textos ditos sagrados que apontam o governo político como algo consentido pelo próprio Deus. Reside aqui a base para o pensamento dos batistas brasileiros.

No próximo capítulo, estaremos percorrendo período da História do Brasil que se inicia com Governo Jânio da Silva Quadros até o Governo Médici.

CAPÍTULO II
Da agonia da democracia ao nascimento da
ditadura

Introdução

Este capítulo tem por proposta resgatar os principais acontecimentos entre os anos de 1961 e 1974.

Período que marca a transição entre o Estado Democrático de Direito e o início da Ditadura Militar no Brasil. Ainda tem por objetivo fornecer um panorama histórico do Estado Brasileiro no período que vai do Governo Jânio Quadros até o Governo Médici.

Esta tarefa não é fácil, uma vez que tal período se constituiu em um dos momentos mais intensos na História do povo brasileiro e que representou também, um período repleto de mudanças marcantes para todas as camadas e grupos sociais existentes na República Brasileira.

Tais transformações dizem respeito às medidas políticas que vão desde a mudança na forma de governo da nação (três anos antes do golpe militar), da cassação dos direitos políticos de diversos representantes populares democraticamente eleitos, da implantação do bipartidarismo no país, na redução e até a extinção de diversos direitos sociais e liberdades individuais já adquiridos e assegurados pela constituição vigente na época, em nome de uma suposta governabilidade.

Retratar esse período intenso da vida brasileira é voltar o nosso olhar para um período que se inicia em 1961, mais precisamente no dia 31 de janeiro do ano já citado e que se estende até o ano de 1974.

Este foi um período marcado, conforme já dissemos, marcado por graves e grandes conflitos sociais e crises econômicas, pela falta de democracia e ausência

de direitos de todas as ordens, chegando até à perseguição, prisão e tortura dos oponentes ao regime que se instalara no país após 1964.

Recuperar a trajetória do Estado Brasileiro neste período significa refletir um pouco acerca das diferenças existentes entre um Estado Democrático de Direito e o novo governo essencialmente antidemocrático que se constituía a partir de então.

2.1 O Governo Jânio Quadros – 1961

[...] surgiu Jânio Quadros como figura política de estatura nacional. Quadros entrou no cenário político como um corpo estranho, por excelência.” (SKIDMORE, 1982, P.231)

Construiu uma sólida carreira política no Estado de São Paulo, elegeu-se prefeito da capital paulista em 1953, vencendo o renomado político Ademar de Barros.

Alguns historiadores atribuem o sucesso eleitoral de Jânio Quadros ao fato de que ele representava a possibilidade de mudanças políticas radicais e desejadas pela velha aristocracia nacional.

[...] venceu com 48% da votação, uma minoria, mas maior que a de Juscelino. Se *modus vivendi* dificilmente poderia contrastar de modo tão agudo com o de Juscelino. Ao invés de rodeios e barganhas, o Brasil iria agora ter um governo transparente e honesto, se Jânio pudesse manter suas promessas.) (SKIDMORE, 1998, P.209)

Jânio da Silva Quadros é o grande vencedor das eleições presidenciais de 1960, é ele que irá substituir o então presidente Juscelino Kubitschek. Ele foi um político emblemático, um quasimodo, uma vez que, não havia assumido uma

postura política em relação ao legado político deixado pelo ex-presidente Getúlio Vargas e, em relação às principais ideologias da época.

Eleito em 1960, mas empossado somente em 31 de Janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadros exerceu no campo interno e externo uma política classificada pelo caráter ambíguo: no campo interno, completamente independente e, no campo externo, uma aproximação visível com os países socialistas e do chamado Terceiro Mundo na época.

Em tempos de Guerra Fria, era impossível não ter posições absolutamente claras, não apoiar o capitalismo americano era interpretado como apoio implícito ao socialismo soviético, o inverso também se fazia verdadeiro. A via da neutralidade não era bem aceita.

No período em que esteve à frente da prefeitura da capital paulista e na chefia do poder executivo paulista, Jânio angariou a fama de excelente administrador, prático, eficiente, dinâmico e honesto.

[...] Quadros surgia como uma figura legendária do novo Brasil que era São Paulo: o político que conseguiu dirigir eficientemente o governo de uma economia em rápida expansão, conciliando os conflitos sociais decorrentes da mesma.” (SKIDMORE, 1982, p.232)

Jânio tinha a aceitação necessária por parte de todos os segmentos da sociedade. O Sr Jânio da Silva Quadros candidato pelo PDC (Partido Democrata Cristão) foi eleito para a chefia do executivo do país com o maior número de votos recebidos por um presidente até então. Registra-se no processo eleitoral cerca de 5.671.528 votos, contra 3.824.258 do marechal Lott e 2.190.609 votos de Adhemar de Barros, portanto, uma vitória arrasadora. Foi eleito presidente.

Desde o término do governo Juscelino que o Brasil passava por uma grave crise, altamente preocupante, única herança do governo anterior.

Uma instabilidade econômica crítica assolava o país, e era grande a insatisfação das camadas médias com a corrupção existente no período.

Como acontece em todo início de mandato, um novo plano econômico visando à recuperação do país começou a ser projetado. Este plano foi visto pelo FMI e pelos Estados Unidos da América como um esforço no novo governo para equilibrar a economia. O combate à inflação, esquecido pelo governo anterior, era agora o carro chefe na esfera econômica da equipe econômica do novo governo.

Inicialmente apoiado no alto índice de popularidade e no expressivo resultado das urnas, Jânio presencia o acontecimento do que julgava impossível: a redução do apoio popular.

Ele apresentava um comportamento no mínimo estranho para um Chefe de Estado:

[...] passando um tempo extraordinariamente longo posicionando-se de modo obsessivo exatamente no meio do banco de sua limusine, por exemplo. Emitia sem aviso ordens presidenciais altamente específicas (os famosos bilhetes) como aquela proibindo o lança-perfume no Carnaval (que teria sido a causa de seu ferimento no olho durante a infância)." (SKIDMORE, 1998, P.209)

O presidente passa a sofrer forte oposição do Congresso Nacional, não somente por suas extravagâncias, mas também porque seu plano econômico não estava agradando aos diversos grupos político, era notável a falta de habilidade de Jânio Quadros em atuar em negociações políticas.

O último presidente eleito através do processo democrático acaba renunciado em 25 de agosto de 1961, abandonando a recém inaugurada capital do país.

Anos mais tarde o próprio ex-presidente afirmaria numa breve carta, em que explicava as razões que o levaram à renúncia, escreveu que se sentia esmagado:

[...] forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam (...). Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade (...). A mim não falta a coragem da renúncia'." (COTRIM, 1996,p. 299)

Encerra-se o governo Jânio Quadros e inicia-se então, um período conturbado na vida política nacional conforme o que veremos a seguir.

[...] A Constituição de 1946 não deixava dúvidas sobre o procedimento a seguir no caso de vagar a presidência. O artigo 79 declarava simplesmente que o vice-presidente substitui o Presidente. (SKIDMORE,1982, p.252).

De acordo com o que determinava a constituição vigente, o substituto imediato do presidente da República seria o vice-presidente em caso de vacância do cargo, no entanto, diversas interpretações do texto foram feitas a fim de atender dos interesses dos principais grupos atuantes nos cenários político nacional, tais interpretações geraram um debate que se arrastou durante dez dias.

O então vice-presidente da república João Goulart - ex-ministro do trabalho de Getúlio Dornelles Vargas, ex-vice-presidente de Juscelino Kubitschek, ex-vice-presidente de Jânio da Silva Quadros eleito pelo PTB (partido trabalhista Brasileiro), pois o sistema eleitoral permitia tal situação - sofria forte oposição por parte do exército brasileiro e dos chamados setores conservadores, estes setores se opunham radicalmente à possibilidade de ver a chefia do poder executivo no país ocupada pelo então vice-presidente.

Nesse momento, se estabelecera no país um impasse entre as principais forças políticas atuantes, pois, não era desejo dos chamados setores conservadores e do exército acatarem as determinações constitucionais.

[...] Embora a constituição estipulasse que no impedimento do presidente, o vice-presidente o sucederia, dizia também que, no caso de ausência do último, Presidente da Câmara dos Deputados seria o próximo na linha sucessória. João Goulart encontrava – se, na realidade, ausente - encontrava-se encarregado de missão econômica especial na China comunista. Desse modo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência Provisória do Brasil. (SKIDMORE,1982, p.254)

Tal impasse só foi resolvido através de uma emenda à constituição brasileira estabelecendo a mudança da forma de governo do país. Em dois de setembro de 1961 o Presidencialismo foi substituído pelo Parlamentarismo, e o já presidente, após diversas negociações, tomou posse no dia sete de setembro de 1961 com a anuência do exército e dos setores conservadores da nação que se opunham até o momento.

Não se podia descartar que nas últimas eleições presidenciais, João Goulart havia derrotado o candidato à vice-presidência da república pelo partido de Jânio Quadros, tal vitória foi expressiva e, impedi-lo de assumir a presidência representaria o mesmo que desacreditar no processo democrático eleitoral. O direito de João Goulart assumir a presidência da república havia sido conseguido no voto e não à força.

[...] Jango subiu à Presidência da República no meio de uma tempestade que prenunciava outras ainda mais furiosas. (GORENDER, 1987, p.15)

2.2 O governo de João Goulart

Durante os primeiros anos, o governo do presidente João Goulart foi bastante conturbado, uma vez que a crise política deflagrada pela renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros e a mudança repentina na forma de governo, dificultavam e muito as ações do executivo, tornando praticamente inviável a administração pública.

Durante os quase três anos de parlamentarismo no Brasil, três gabinetes foram organizados, sendo o primeiro liderado pelo político mineiro Tancredo Neves, porém, as dificuldades político administrativas persistiam.

[...] A experiência parlamentarista republicana começou com o Gabinete de predomínio pessedista do primeiro-ministro Tancredo Neves. O seu programa conservador não recebeu boa acolhida nos setores que esperavam mudanças de certa profundidade”.

(...) O estado de coisas passou a ser questionado por setores até então indiferente ao debate político. Jango não assumiu as críticas ao gabinete de Tancredo Neves. Precisava demonstrar aos adversários que podia ser um presidente confiável dentro das regras do jogo parlamentarista. Além do mais, tinha pegado o rabo de foguete da situação econômica do País. (GORENDER, 1987, p.41)

A implantação do parlamentarismo no Brasil prestou-se apenas à acomodação das forças políticas nacional, não tendo nenhuma preocupação ou compromisso com a apresentação de propostas concretas para corrigir as distorções socioeconômicas que assolavam o país.

Desta maneira, as desavenças entre os generais militares, as discordâncias entre os chamados setores políticos de centro, de direita e as camadas populares representados pelos grupos mais à esquerda entraram em trégua e concordaram em manter uns apoios velados e discretos à figura de João Goulart.

A mesma emenda constitucional aprovada em dois de Setembro de 1961 que implantava o regime Parlamentarista no Brasil, estabelecia também a

realização de um plebiscito para o ano de 1965, data em que a população poderia ratificar ou retificar o sistema parlamentarista adotado no Brasil, porém, esta data foi antecipada por iniciativa do governo e contou com amplo apoio dos setores de oposição, sendo eles o exército e os setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Durante o período parlamentarista, o presidente se preocupou em mostrar à sociedade brasileira, aos seus opositores e à comunidade internacional, sua capacidade administrativa e a sua habilidade conciliatória. Viajou aos Estados Unidos da América e encontrou-se com o então presidente John Kennedy; reuniu-se com o Fundo Monetário Internacional, afastou-se de posições que pudessem ser interpretadas como comunistas e ainda tornou público seu desagravo ao governo de Fidel Castro em Cuba dando mostras claras de uma suposta aproximação com os Estados Unidos da América no tocante as relações internacionais.

Neste mesmo período, a insatisfação com o regime parlamentarista torna-se evidente, o primeiro Ministro Tancredo Neves renuncia e seu substituto San Tiago Dantas, ex-ministro do Turismo no gabinete de Tancredo Neves é vetado pelos militares. Temos mais uma crise de sustentabilidade do primeiro ministro e o desejo de retorno do presidencialismo é cada vez mais latente.

O parlamento brasileiro era constituído de maioria conservadora, o indicado pelo presidente para primeiro ministro possuía um histórico que o aproximava da esquerda nacional, mas, em meio à oposição sofrida por San Tiago Dantas, o próprio presidente era acusado de não saber trabalhar com um congresso conservador e, as suas defesas constantes da necessidade de realização da Reforma Agrária no país também provocava uma certa inquietação entre os grupos mais conservadores.

Se no âmbito político o período é marcado por intensa agitação, os diversos setores sociais também estão inquietos, greves gerais dos mais variados setores trabalhistas tomam conta da nação, os grandes centros urbanos são paralisados e o presidente da república assume também o papel de mediador a fim de ouvir as reivindicações trabalhistas.

Um último gabinete é formado tendo à frente Brochado da Rocha, pessedista do Rio Grande do Sul. Integravam o gabinete Walther Moreira Salles, banqueiro e ex-ministro da Fazenda e José Ermírio de Moraes, líder petebista que seria o novo Ministro da Indústria e Comércio. Diante das circunstâncias socioeconômicas e políticas encontradas pelo novo primeiro-ministro, ele solicitou ao congresso poderes especiais para que conseguisse governar o país, desejava autorização para que o gabinete pudesse legislar por decreto, pedido que não foi aceito, sendo assim:

[...] O Primeiro ministro apresentou uma lei para que o plebiscito fosse realizado em dezembro, mais de dois anos antes da data fixada no Ato Adicional de setembro de 1961. (SKIDMORE,1982, p.270)

Depois de mais algumas divergências acerca das estratégias que seriam adotadas para a realização do plebiscito, se durante as eleições de 1962 ou se no início do ano seguinte, o atual gabinete de Brochado da Rocha se desfez. Um novo gabinete foi organizado e liderado pelo Primeiro Ministro Hermes de Lima, socialista de renome que apoiava veementemente a realização do plebiscito e que só foi formalmente confirmado em fins de novembro de 1962. Um de seus primeiros atos foi substituir o Ministro da Guerra, Nelson de Melo, pelo General Amauri Kruel, amigo pessoal de João Goulart.

Durante esse período, o presidente seguia com negociações entre as diversas forças políticas para angariar apoio e, portanto, lograr sucesso para o retorno do sistema presidencialista.

[...] Enquanto vasta propaganda vinculava o presidencialismo à realização das reformas de base, Jango nos bastidores, negociou a recuperação dos poderes presidenciais com as forças conservadoras e reacionárias. É notório o apoio que lhe deu Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais e maior acionista do banco nacional. Não só Jango estava interessado na derrota do parlamentarismo. Também o desejavam os candidatos às eleições presidenciais de 1965: o próprio Magalhães Pinto e ainda Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros. Mais importante, porém, é que várias frações da classe dominante ansiavam por um governo forte, capaz de aplicar a política de estabilização antiinflacionária. (GORENDER, 1987, p.44)

Dessa forma, a partir de 1963, o presidencialismo foi restaurado no país.

O governo de João Goulart, o Jango, sofreu uma forte oposição, setores da sociedade brasileira, pois, o acusavam de esquerdista, de arquitetar um golpe. Ele governa o país em um momento em que a inflação atinge índices alarmantes e a nação experimenta as conseqüências das tensões sociais fruto de contradições cultivadas há séculos no país.

O início de seu governo foi marcado por uma grande ansiedade, todos esperavam pra ver quais medidas seriam tomadas para que o país voltasse aos trilhos.

Na equipe de governo nomes de peso como o do Ministro Celso Furtado criador da SUDENE foi convidado para preparar um plano econômico de combate à inflação e de correção das distorções socioeconômicas, este foi denominado de Plano Trienal e considerava a inflação as causas dos problemas sociais e econômicos do país.

Como todo plano econômico seus efeitos só podem ser sentidos em longo prazo, no caso do Plano Trienal não foi diferente, a inflação galopante e a falta de apoio externo contribuíram para o isolamento do presidente.

A demora no aparecimento dos resultados fez com que o presidente perdesse o pouco apoio que possuía e se aproximasse dos governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, Leonel Brizola Miguel Arraes respectivamente, reconhecidamente posicionados mais à esquerda no cenário político nacional.

Com a antecipação do plebiscito em 1963 e com a volta do presidencialismo, o presidente João Goulart fez das Reformas de Base o carro chefe de seu programa de governo.

Segundo a política a ser adotada, a reforma de base consistiam em elemento essencial para a correção das distorções sociais no Brasil. Além de abranger a economia, as reformas de base se estendiam para outros setores da vida nacional, elas incluíam também a extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré; a reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra; reforma da constituição para delegação de poderes legislativos ao presidente da república; e realização de plebiscitos para defender as reformas de base.

No dia 13 de março de 1964, na estação ferroviária da Central do Brasil (RJ), cerca de 200 mil pessoas ouviram João Goulart anunciar as reformas de base que encaminharia ao congresso nacional, dentre as quais o destaque maior era dado à Reforma Agrária como emenda constitucional e que previa a indenização prévia e em dinheiro aos proprietários de terras.

A Questão agrária no Brasil sempre foi preocupante e alvo de diversas discussões de âmbito nacional, mas, o fato é que a distribuição de terras acaba por beneficiar a poucos em detrimentos de muitos, conforme nos mostram as historiadoras Elza Nadai e Joana Neves:

[...] Numa população de 70 milhões de habitantes apenas 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2%, isto é, 73.737 proprietários ocupavam 58% da área total. (NADAI & NEVES, 1995, p. 367)

A proposta de Jango no que diz respeito à questão da terra a condicionava a um caráter produtivo, a um princípio do bem – estar social; terras não exploradas e parcialmente não aproveitadas seriam desapropriadas, no entanto, o proprietário receberia uma indenização justa a preço de mercado, as mesmas deveriam se dedicar à produção de produtos de ordem alimentícia.

O grande problema é que a principal proposta de Jango feria de maneira incontestável um dos direitos “sagrados” para as classes dominantes: o direito à propriedade e como diz o ditado popular: toda ação gera uma reação.

O governo João Goulart foi marcado pelo estímulo dado à organização da sociedade civil, sobretudo no que diz respeito à organização dos trabalhadores rurais. No ano de 1963 havia cerca de 300 sindicatos, tal setor alcançou o número de 1500 sindicatos em março do ano seguinte. Na esteira da organização dos trabalhadores rurais, surgiram as Ligas Camponesas, presentes no cenário nacional desde o final do Estado Novo e de tendência comunista cumpriam bem o seu papel de contestação da ordem vigente no campo, sobretudo no nordeste brasileiro sob a liderança de Francisco Julião.

A Igreja Católica Apostólica Romana sempre esteve ao lado dos descamisados, dos pés descalços, dos sem terras, através da sua ala progressista liderada por figuras de grande expressão como D. Hélder Câmara, D. Ivo Lorscheiter, D. Tomás Balduino D. Luciano Mendes, D. Mauro Morelli e o Cardeal D. Evaristo Arns.

Ao mesmo tempo em que o presidente procurava angariar junto às massas de trabalhadores um apoio especial e necessário para a aprovação das reformas

de base, a sociedade experimentava várias propostas para erradicar as distorções sociais existentes no país.

Para reduzir o índice de analfabetismo no Brasil, foi implantado por parte dos grupos e movimentos pela erradicação do analfabetismo, o método desenvolvido pelo educador Paulo Freire, que procurava alfabetizar o indivíduo a partir de suas realidades e necessidades materiais e culturais.

É um período de grande agitação social.

Em meio à crescente polarização entre os interesses da elite brasileira e os rumos adotados pela política populista do então presidente João Goulart ocorre o acirramento da luta política gerando uma intensa instabilidade.

As Reformas de Base apregoadas pelo presidente não possuíam o necessário apoio político no congresso para sua efetivação e a reforma agrária estava inviabilizada pela inexistência de recursos suficientes por parte do Estado para que as desapropriações ocorressem.

Tal situação refletiu-se imediatamente no campo e nos grandes centros urbanos, as organizações dos trabalhadores de diversos setores urbanos, dos setores rurais, as Ligas camponesas, ameaçavam realizar a reforma na marra, realizaram invasões de propriedades ao que provocou a aquisição de armas por parte dos fazendeiros que visavam proteger seus patrimônios; nas cidades, dezenas de sindicatos decretaram greve e o país se viu numa profunda inoperância.

A inflação galopava, chegando ao assustador índice aproximado de 100% anual, taxa insustentável a todos os setores da sociedade brasileira. O exército nacional começa a se apresentar como principal oponente do presidente, atribuía a ele a função de emissário do comunismo.

As camadas proletárias haviam alcançado um nível tal de organização, tanto no campo, quanto na zona urbana, que causava temor ao exército brasileiro, uma vez que o fantasma da Revolução Cubana assombrava a elite brasileira.

Neste contexto, o Exército Brasileiro chamava para si a responsabilidade de salvaguardar a democracia brasileira. Surge também a reorientação do papel das forças armadas, pensada na Escola Superior de Guerra, no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e no Instituto Brasileiro de Ação democrática. Os mesmos forneceriam o financiamento, a logística e os recursos intelectuais para que o golpe desse certo em março de 64.

2.3 O Golpe

O golpe acontece em 31 de março de 1964, não nenhum tipo de resistência armada por parte do presidente, apenas um ensaio de resistência por parte do então governador do Rio Grande do Sul, mas, abortada precocemente. Nesse contexto, o presidente se exila em 2 de março do mesmo ano no Uruguai e a democracia brasileira chega ao fim.

Ao assumir a presidência da república no ano de 1964, o Exército Brasileiro ainda manteve algumas alianças na esfera político-partidário, não que precisasse delas e a UDN foi à sigla escolhida e da qual o exército se aproxima.

Alguns autores apontam que o exército brasileiro entendia que apenas algumas medidas autoritárias seriam necessárias para proteger o país da ameaça das esquerdas, da revolução proletária, da estatização dos meios de produção e que o apoio partidário poderia legitimar a ação dos militares.

Este é um período em que as forças armadas trazem em seu interior ainda a presença de militares classificados como legalistas, aqueles que eram

favoráveis ao cumprimento das normas estabelecidas pela Constituição Brasileira, estes militares, não encontravam justificativas legais para o impeachment do então presidente João Goulart, ao mesmo tempo em que, estavam desejosos de obter da parte da chamada linha dura respostas para tal atitude. Nesse momento a única resposta possível era a força bruta.

[...] Em 9 de abril de 1964, os três ministros militares tomaram o assunto em suas próprias mãos. Eles emitiram arbitrariamente um Ato Institucional (era o primeiro de muitos), que havia sido redigido, ironicamente, por Francisco Campos, autor da autoritária Constituição de 1937 de Vargas. O Ato nº 1 dava ao executivo brasileiro poderes extraordinários, tais como uma crescente autoridade para obter emendas-constitucionais, poder exclusivo para propor notas de despesas ao Congresso e o poder de suprimir os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. O presidente João Goulart freqüentemente reclamava que carecia de autoridade para cumprir seus deveres presidenciais. Os militares concordaram com o diagnóstico e agora impunham sua própria solução. (SKIDMORE, 2003, p. 225)

Passado alguns dias pós – golpe, o que se viu no Brasil foi à supressão de vários direitos assegurados em um processo democrático. A aliança Exército-UDN, assegurou no Congresso Nacional a homologação do nome do General Humberto Castelo Branco como o novo presidente da República Federativa do Brasil.

Isto permitiu a publicação de diversos Atos Institucionais que autorizavam o Governo Federal a indicar os Governadores de Estados e diversos prefeitos de cidades agora consideradas áreas de segurança nacional, portanto, era o fim das eleições diretas para o executivo.

O mesmo Ato Institucional de nº 1 aponta para uma crescente centralização de poderes no executivo, mudanças solicitadas pelo executivo durante o processo democrático e a constante oposição sofrida pelo presidente João Goulart e jamais atendidas, agora o são de maneira rápida e sem burocracia ou entraves do

chamado processo democrático amplamente exercido pelos representantes da elite burguesa presente no Congresso Nacional Brasileiro.

2.4 O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco - 1964 -1967

As ações dos militares (AI-2) fixaram as bases do novo modelo de Estado a ser adotado, possibilitou o fortalecimento do Executivo o que permitiu a supremacia deste sobre os demais poderes da República.

Diversos representantes do Legislativo foram cassados e impedidos de participarem do cenário político nacional, aprova a intervenção do governo federal nos Estados reduzindo a autonomia dos mesmos e jogando por ladeira abaixo a essência do federalismo, além de interferir ainda nas decisões do Judiciário, obrigou ainda, diversos ministros a abandonarem suas funções e substituindo outros tantos que se opunham ou representavam algum entrave aos interesses desse novo Estado que se apresentava.

Os primeiros anos da ditadura foram marcados por mudanças pontuais no Estado Brasileiro, além, da forte centralização de poderes na esfera federal, o poder Executivo foi amplamente fortalecido enquanto que os demais poderes passavam a ocupar uma função meramente decorativa no cenário nacional.

Outra demonstração clara do enfraquecimento dos demais poderes da República Brasileira como o Legislativo, reside no fato de que ocorreu um forte controle partidário exercido pelo executivo, tais foram os obstáculos impostos à existência, registros e manutenção dos partidos que a partir de então, apenas duas agremiações integrariam o cenário político de então: MDB – Movimento

Democrático Brasileiro – e a ARENA – Aliança Renovadora nacional, oposição e posição respectivamente.

As restrições às liberdades e direitos individuais se constituíram em outras importantes marcas nesses primeiros anos do regime militar, a censura aos meios de comunicação, foi um recurso utilizado pelo regime a fim de cercear a liberdade de expressão através da mídia.

Nos primeiros anos isso ocorreu de forma menos intensa, até que se criou no ano de 1967 a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional e, a partir de então, foi aplicada de forma sistemática. Diversos dos principais periódicos da época eram obrigados a submeter seus artigos, reportagens e demais publicações ao crivo dos censores às vezes nem sempre qualificados, posteriormente, artistas de todas as áreas também eram obrigados a submeterem suas criações aos censores.

Nesse acirramento do controle sobre a sociedade, setores que até então gozavam de liberdade pra realizar manifestações passaram a ser controlados. Os sindicatos que no período anterior ao golpe se mostravam fortemente influentes, atuantes e com uma capacidade mobilizadora invejável, agora estavam sob a intervenção do Estado.

Dirigentes foram substituídos, criou – se a Lei de greve, a qual determinava que mobilizações grevistas de caráter social, política e religiosa ou as que atingissem setores essenciais para prestação de serviços á população, estas estariam terminantemente proibidas, no entanto, a Lei delegava aos “intérpretes” do Estado a classificação da greve e é claro, era o fim do direito a greve no Brasil.

Acompanhado com a intervenção nos sindicatos por parte do governo, o Brasil experimentou uma forte Repressão política nos primeiros anos do regime militar, ela se apresentava das mais diversas maneiras, seja através das

intervenções nos sindicatos, através dos diversos Atos Institucionais, demissões em empresas estatais, órgãos públicos, cassações de parlamentares e etc, todos os recursos possíveis foram utilizados no aparato da repressão política no país, culminando com a criação do Serviço Nacional de Informação – o SNI – durante o primeiro governo militar presidido pelo Marechal Humberto Castelo Branco.

Ao assumir a presidência o Marechal Castelo Branco desejava permanecer no poder até o término do mandato original conferido ao ex – presidente Jânio da Silva Quadros conforme trecho descrito abaixo:

[...] Castello Branco prometera que não estenderia seu mandato presidencial. Tratava-se do mandato para o qual Jânio fora eleito em 1960 e que Jango havia assumido em 1961. Mas em Julho de 1964, Castelo cedeu às intensas pressões de seus articuladores econômicos, que acreditavam que as eleições presidenciais marcadas para novembro de 1965 não deixariam tempo para que a sua política mostrasse resultados. Assim, ele concordou em estender se mandato por 24 meses, até cinco de novembro de 1967, data na qual Castelo Branco passaria a presidência ao general Arthur da Costa e Silva, até então ministro do Exército, e o segundo presidente militar a ser eleito. (SKIDMORE, 2003, p. 231)

Penso que o então presidente Castelo Branco integrava o grupo moderado do Exército Brasileiro e que sua intenção era a de realizar a transição neste momento conturbado da política nacional, a realização de eleições no ano de 1965 encerraria sua participação no regime, não fosse os fortes argumentos utilizados pela sua assessoria econômica que contava com um dos mais renomados economistas brasileiros: Roberto Campos.

Castelo Branco foi o primeiro presidente oriundo do exército no regime militar, governou com super poderes de Estado, algo jamais presenciado na história republicana deste país, iniciou seu governo após diversas articulações político- partidárias e tendo sido indicado pelo Comando da Revolução (expressão que se assemelha á utilizada pela revolução de esquerda) foi eleito com ampla maioria de votos no Congresso Nacional.

Durante seu governo ampliou –se os poderes do Executivo, adotou-se a prática de intervenções nos Estados reduzindo a autonomia dos mesmos, e manchando o sistema federalista, interveio também nos sindicatos através da nomeação de líderes de classe comprometidos com o regime.

Durante seu mandato assina o AI-2 que ampliava o controle sobre o poder Legislativo, permitindo a cassação de diversos políticos opositores ao regime. Este mesmo Ato Institucional permite ao governo federal alterar o sistema partidário no país introduzindo aqui o bipartidarismo nos moldes estadunidenses, foi assim que surgiram os dois principais partidos nacionais: Movimento Democrático Brasileiro - MDB e a Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

As eleições diretas foram substituídas pelas indiretas, os Estados já não podiam mais eleger seus governante e dezenas de cidades foram declaradas áreas de segurança nacional e, portanto, tiveram seus chefes do executivo nomeados em Brasília e referendados pelas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais respectivamente.

Na esfera econômica as medidas adotadas pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos, causaram recessão, desemprego além de levar diversas empresas nacionais à falência. Uma outra marca do governo Castelo Branco foi o distanciamento e a ruptura total das relações com Cuba e de tudo que se assemelhasse ao comunismo, confirmando o alinhamento total com a política Estadunidense, de onde veio o reconhecimento internacional ao novo regime e de onde vinha também à ajuda econômica necessária para que a economia não saísse do eixo.

Seu governo termina com a aprovação em fevereiro de 1967 de uma nova Constituição que restringia algumas conquistas sociais e democráticas alcançadas em 1946 e com a implantação da Lei de Segurança nacional que previa severas punições aos transgressores e / ou opositores ao regime.

2.5 O Governo do General Artur da Costa e Silva - 1967 – 1969

O general Artur da Costa e Silva foi eleito pelo colégio eleitoral e esteve na chefia do poder executivo brasileiro entre os anos de 1967 e 1969, obteve 295 votos oriundos da ARENA, enquanto os membros do MDB se retiraram em protesto.

No passado fora desfavorável à indicação do Marechal Humberto Castelo Branco à presidência e, talvez pela mesma razão tenha sofrido oposição por parte do Marechal Castelo Branco á sua indicação, pois, manifestava sua preferência por candidatos mais moderados, no entanto, Costa e Silva foi indicado ao cargo pelos militares.

Governou o país com um clima bastante tenso, tanto na esfera política quanto na esfera social.

[...] Os estudantes estavam à frente dos protestos contra a ditadura e, por isso mesmo, eram os mais expostos à sua repressão. Em sua mobilização, eram acompanhados por trabalhadores, sindicalistas, professores e líderes religiosos, que também sentiram a mão pesada do regime militar. (SZTERLING, 1996, p. 09)

Os estudantes brasileiros mobilizados através da UNE – União Nacional dos Estudantes, realizavam manifestações freqüentes contra o regime, eram veementemente contrários aos acordos assinados pelo regime militar que previam entre outras coisas a privatização do ensino público superior e a adoção de novos currículos.

Conta nos a historiadora Silvia Szterling que, no ano de 1968 diversos estudantes liderados pela União nacional dos Estudos cercaram o prédio do Ministério da Educação e que atearam fogo em pelo menos três automóveis do Exército brasileiro e, que a partir de então, diversas cenas de violência foram

vistas, tanto por parte dos manifestantes quanto por parte dos agentes de repressão.

Nessa mesma época, operários mobilizaram-se na luta por melhores salários e condições de trabalho, greves foram realizadas contando com números expressivos de participantes, como a ocorrida na cidade de Contagem em Minas Gerais com cerca de 15 mil operários, enfim, a sociedade começava a se mobilizar de forma mais aguerrida aos mandos e desmandos do governo de então.

Diversos setores da sociedade brasileira estavam insatisfeitos com os rumos que o governo havia tomado, vários deles que apoiaram o golpe em 1964, lançaram-se na luta contra o governo, como a Igreja Católica Apostólica Romana, por exemplo.

[...] Em 1964 existiam três tendências no clero brasileiro. A primeira, mais conservadora, era formada pela alta hierarquia da Igreja: bispos, padres favoráveis ao golpe militar e às forças sociais dominantes”.

A segunda, reformista, seguia as orientações do papa João XXIII e do Concílio Vaticano II, que procurou atualizar a Igreja e torná-la mais participante na vida do povo. Seu principal representante no Brasil, dom Hélder Câmara, difundiu Comunidades Eclesiais de Base nas favelas e na periferia das grandes cidades.

A terceira tendência, por fim, era eminentemente revolucionária e identificada pelos militares como “comunista”. Formada por leigos, padres, freiras, alguns estrangeiros, sugeria que, se fosse preciso, era justo usar de violência para combater a miséria.

Durante os anos de Ditadura no Brasil, os setores mais progressistas da Igreja participaram ativamente das manifestações estudantis e operárias, apoiando os camponeses em torno da questão da terra e lutando contra a tortura aos presos políticos. (SZTERLING, 1996, p.12)

É perceptível o embate ideológico realizado no interior da igreja e que certamente retardaram o seu posicionamento contrário ao regime.

Na esfera política, diversos personagens ilustres, políticos de renomada atuação e inimigos ideológicos se mobilizaram a fim de organizar a Frente Ampla que tinha o objetivo de resistir ao regime militar, nesse sentido podemos verificar a presença de Carlos Lacerda ao lado do ex-presidente deposto pelo regime, João Goulart. Exigiam anistia, eleições diretas para presidente e uma assembléia constituinte, contavam inclusive com o apoio da esquerda através de Partido Comunista Brasileiro.

No ano de 1968, as ações da Frente Ampla já haviam contagiado diversos seguimentos sociais de maneira tal que, a crise que se instalara no país chega ao seu ápice com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves no Congresso Nacional e que foi considerado agressivo às forças armadas, nesse momento em que vários instrumentos repressivos utilizados pelo Governo Federal não surtiam mais efeitos, os militares da chamada linha dura, decidiram que era o momento para a adoção de medidas mais rígidas, é decretado então o Ato Institucional nº 5, que autorizava o Presidente da República a:

- Decretar o recesso do Congresso nacional, das Assembléias legislativas e das Câmaras de Vereadores;
- Decretar intervenções nos Estados, Municípios e Territórios;
- Cassar mandatos de políticos e suspender os direitos políticos por dez anos;
- Decretar confisco de bens.

O que foi feito imediatamente.

A Ditadura efetivamente acabara de chegar, era o “golpe dentro do golpe”, fazer ou participar de manifestações políticas públicas agora sim era de extremo risco, pois, podiam ser presos sem mandatos judiciais; a tortura havia se instalado no país e o assassinato dos oponentes tornou-se parte do cotidiano nacional.

[...] O golpe militar em 1964 não havia estimulado nenhuma resistência armada imediata e significativa, mas a crescente repressão do governo provocou gradualmente uma posição

armada, que veio à tona em 1969. Um grupo guerrilheiro tentou aplicar a estratégia de Fidel Castro de guerra rural de guerrilhas às cidades. Seu principal teórico era Carlos Marighela, ex-membro do Partido Comunista brasileiro e um dos fundadores da Aliança Libertadora nacional (ALN). Em seu manual de guerrilha urbana, que um grupo estreitamente organizado poderia derrubar uma ditadura por meio do combate urbano. (SKIDMORE, 2003, p. 232-33)

Tal radicalização por parte do Governo Militar despertou também a necessidade por parte dos opositores ao regime, na radicalização de suas ações e partiram, portanto, para a resistência armada, surgiram então, diversos grupos que defendiam a derrubada do regime por meio de tais ações, os principais foram:

PRINCIPAIS GRUPOS DE ESQUERDA

PCB PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	POLOP POLÍTICA OPERÁRIA	MNR MOVIMENTO NACIONAL REVOLUCIONÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> - PC do B – Partido Comunista do Brasil (Cisão do PCB, início dos anos 60). - PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - ALN – Aliança Nacional Libertadora - DGB – Dissidência da Guanabara MR8 – Movimento revolucionário 8 de Outubro 	<ul style="list-style-type: none"> - Colina – Comando de Libertação nacional - POC – Partido Operário Comunista 	<ul style="list-style-type: none"> - MAR – Movimento Armado Revolucionário - VPR – Vanguarda Popular Revolucionária VAR-PALMARES – Vanguarda Armada e Revolucionária Palmares

(SZTERLING, 1996, p.14)

[...] As ações armadas nas cidades eram admitidas com o propósito de treinar guerrilheiros e de levantar fundos para iniciar a guerrilha rural. Com o tempo, as ações urbanas seriam teorizadas também como forma de propaganda armada da revolução e, implicitamente, como meio de sustentar o funcionamento clandestino das diversas organizações. (RIDENTI, 1993, p.54)

Os integrantes desses movimentos eram na sua maioria jovens universitários, vários operários e poucos militares, em sua maioria pertencente ao baixo escalão. Estes grupos desenvolveram ações de assalto a bancos, seqüestros, seqüestros de pessoas e aviões e gritavam slogans contra o regime militar, dessa forma foram ganhando cada vez mais notoriedade.

Em agosto de 1969, Artur da Costa e Silva ficou seriamente doente, o que o impossibilitou de governar.

Nesse momento começa o afastamento do marechal Artur da Costa e Silva da presidência da República do Brasil, ele se encontrava doente e morreria em virtude de uma trombose.

O vice-presidente, Pedro Aleixo foi impedido de assumir a presidência da república

Nesse mesmo período foi aprovado o Ato Institucional de nº 12 em 31 de agosto de 1969, ato este que autorizaria os ministros militares a assumirem o governo em lugar do vice-presidente Pedro Aleixo (civil), o país seria então governado por uma Junta Militar composta por Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Mello (Aeronáutica).

Este período em que Junta Militar governa o Brasil tem início em 31 de agosto de 1969 e termina em 22 de outubro do mesmo ano.

2.6 O Governo do General Emílio Garrastazu Médici -1969 – 1974

Esse foi um período marcado pelo desenvolvimentismo, a economia brasileira crescia rapidamente, enquanto que a inflação mantivera-se em baixa.

[...] O Brasil tornou-se um paradigma do que é conhecido na América latina como 'desenvolvimentismo', fazendo de uma elevada taxa de crescimento o principal objetivo, sem dar ênfase à estabilidade monetária. O presidente Médici refletia muito sobre o pensamento de seus colegas de uniforme, quando dizia: A meta essencial de meu governo pode ser resumida numa palavra – desenvolvimento. (DROSDOFF, 1986, p.37)

Excelentes índices econômicos foram alcançados, foram iniciadas as grandes obras necessárias à infra-estrutura nacional, algumas concluídas como a Ponte Rio - Niterói e outras não, como no caso da Rodovia Transamazônica. Implantou-se no país o primeiro Plano nacional de Desenvolvimento, que tinha por objetivo elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida, dentro de uma geração; multiplicar por dois a renda per capita brasileira até 1980 e ampliar a economia.

Ao mesmo tempo em que grandes avanços eram conseguidos na esfera econômica, outras dificuldades se apresentavam, neste período o endividamento externo acentuava-se, fator que geraria dificuldades enormes para o país no futuro.

Havia por parte dos generais brasileiros um desejo de inserir o Brasil entre as potências da época e nenhum esforço foi poupado nesse sentido, havia no ar uma forte massa ufanista.

[...] Possuindo metade do território sul-americano, os brasileiros comumente descrevem seu país como 'o maior' ou 'o melhor'. A capital Brasília, no seu interior, é a 'mais moderna do mundo'. O rio de Janeiro, com suas praias e hotéis, é a 'cidade maravilhosa', suas mulheres são as 'mais bonitas' do mundo, bem como seu maior jogador, Pelé. A hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, é a 'maior' do mundo".

Nada incendiava mais a imaginação dos generais no governo que o sonho de tornar o Brasil uma 'grande potência mundial. (DROSDOFF, 1986, pg.156)

Percebemos no trecho acima que o 'sonho brasileiro' consistia em figurar entre as principais potências internacionais pagando se o preço que fosse necessário, a conta seria paga certamente pelas camadas menos abastadas da nação.

Apesar da modernização e do desejo de sermos grandes, grande parte das camadas populares não se beneficiaram do famoso 'milagre' econômico. Alguns indicadores sociais do período demonstram que a mortalidade infantil em 1964 que era de 70 crianças a cada 1000 que nasciam; em 1979, aumentou para 92 para cada 1000. No ano de 1972, dos 3.950 municípios existentes no Brasil, apenas 2.638 possuíam abastecimento de água. Em 1973, existiam 600 mil menores abandonados em São Paulo, e no país o número chegaria a 10 milhões até o fim dos anos 70, além do banco Mundial afirmar que em 1975, 70 milhões de brasileiros eram desnutridos.

Já na esfera política, o governo Médici foi marcado pelo acirramento da repressão à oposição. Os atos de insurreição armada praticados por parte da oposição ao regime seriam violentamente reprimidos, o AI – 5 continuou vigorando em plenitude total após sua decretação.

Foram criados órgãos como DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e defesa Interna), estes ganharam autonomia para aniquilar os diversos grupos guerrilheiros oriundos da esquerda armada. A sociedade era assolada por um clima de insegurança e de temor, seja por parte do Estado ou por parte dos grupos de oposição.

O saldo do governo Médici foi negativo certamente no campo político, onde a repressão redobrou sua violência. Presos políticos, torturas, desaparecidos e toda sorte de arbitrariedades foram as marcas principais de seu mandato.

CAPÍTULO III
O BATISTA PAULISTANO

Introdução

Diversas são as maneiras encontradas pelos vários segmentos sociais para difundir suas idéias e de promover uma suposta coesão no grupo ou no próprio segmento, dentre elas podemos destacar o jornal, o mesmo tem recebido uma atenção especial por parte dos historiadores por entenderem que o jornal retrata a história do cotidiano, constituindo – se em um importante documento histórico. Este trabalho busca enfocar este importante meio de comunicação para traçar um panorama do comportamento dos Batistas Brasileiros do Estado de São Paulo frente à nova realidade política e sociocultural entre os anos de 1961 e 1974.

Os jornais têm sido um importante instrumento utilizado por governos, grupos religiosos e / ou ideológicos, na construção do modo de pensar e conseqüentemente na maneira de agir que pretendem construir e implantar.

E tem se tornado um instrumento bastante eficaz no cumprimento dos objetivos descritos acima, a partir deles – os jornais - podemos notar que é possível perceber as orientações de uma liderança, prováveis tendências existentes mesmo que de maneira implícita ou explícita entre os membros do grupo.

Precisar a origem do Jornal Batista Paulistano é uma tarefa difícil, uma vez que, a edição mais antiga que se encontra arquivada na sede da Convenção Batista do Estado de São Paulo data de fevereiro de 1922, cuja redação se atribui a S. A. de Souza, ainda durante a República Velha.

O ano de 1922 foi notadamente reconhecido pelas transformações de cunho social, político e cultural que atingem o seu ápice na Semana de Arte Moderna aberta em 11 de fevereiro de 1922 e encerrada aos 18 dias do mesmo mês, foi sediada pelo Teatro municipal de São Paulo.

Há relatos de parte da liderança mais antiga de que esta não seria a primeira edição do jornal, as anteriores certamente se perderam.

Na edição de Janeiro de 1965 no setor intitulado Notas da Redação, um artigo publicado nos ajuda na possível identificação do ano em que o Batista Paulistano teria sido fundado.

“NOTAS DA REDAÇÃO”

‘TRECHOS DE RELATÓRIO: do relatório que apresentamos a 57ª assembléia da Convenção Batista Paulistana citamos o seguinte trecho: Tiramos este ano 12 números do nosso jornal. Tem sido ele o único traço de união regular que vai às igrejas todos os meses, levando notícias e informações do que se passa na denominação batista no Estado de São Paulo. Através de suas páginas temos procurado levar às Igrejas, tanto da capital quanto do interior, uma palavra de estímulo e encorajamento para a grande obra que temos de realizar, não apenas como igrejas isoladas, mas como grêmio associativo que batalha pelos mesmo ideais do evangelho.

(...) Nosso jornal já é veterano, pois já passa, e muito do cinquentenário. 56 anos já são decorridos desde que este órgão é editado. Não sabemos exatamente quantas igrejas haviam no estado de São Paulo, quando ele apareceu. Mas provavelmente não passava de umas 5 ou 10, e bem menores do que muitas hoje. Hoje somos quase 300 igrejas. Temos instituições cujo trabalho precisam de divulgação pelo órgão oficial dos Batistas de São Paulo. Temos um Colégio, uma Faculdade, temos um Instituto bíblico, temos um acampamento, temos um departamento de mocidade, senhoras, rádio e televisão, temos 11 associações e muitos outros empreendimentos que pelo seu volume nem podemos enumerar. Tudo se agigantou.

Mas o batista Paulistano continua do mesmo tamanho, exatamente do mesmo tamanho. Este redator pensa que o batista paulistano precisa crescer um pouquinho’

TIRAGEM MENOR: O último número do Batista Paulistano, por um lapso da tipografia foi reduzido de 5.000 para 3.800 exemplares. (...)

(Batista Paulistano, Janeiro de 1965, p. 2)

Sendo assim, a provável data de fundação do Batista Paulistano seria o ano de 1909 e estaria completando hoje o seu centenário. Recentemente o jornal teve seu nome alterado para Comunhão.

Durante o período analisado por este trabalho, foram responsáveis pela redação do jornal Batista Paulistano os seguintes editores: Pr Gorgônio Barbosa Alves desde 1960 em substituição ao pastor Ernani de Souza Freitas, pr Bertoldo Gatz, Gláucia Curvacho Peticov, Nelson Nunes de Limas, redator auxiliar Eliezer Rocha e pastor Orivaldo Pimentel Lopes.

Nesta época o Batista Paulistano era publicado mensalmente com aproximadamente 04 páginas tamanho A3 podendo o número de páginas ser ampliado ou reduzido de acordo com as informações, notícias enviadas pelo chamado povo batista, todas elas pertinentes ao Ministério Batista Brasileiro desenvolvido em território nacional. O jornal era órgão da Convenção Batista Paulistana e estava sediado à Rua Conselheiro Nébias, 117, 1º andar – São Paulo.

As seções existentes no Batista Paulistano eram destinadas à divulgação dos trabalhos realizados pela e na denominação: ações desenvolvidas pela Sociedade de Senhoras (as mulheres constituíam uma importante força dentro das comunidades batistas, no entanto, eram vistas apenas como auxiliares da liderança masculina, neste caso, o pastor local); Departamento de Mocidade (órgão que reunia a Juventude Batista do Estado de São Paulo), informações dos trabalhos realizados pelas Juntas de Missões Estrangeiras, Nacional e Estadual, relatos das decisões tomadas nas Convenções Estaduais (assembléias anuais onde ocorria o encontro dos representantes das comunidades, relatórios eram apresentados e aprovados ou não pelo plenário), artigos de caráter teológico e de orientações sobre o comportamento do fiel dentro e fora da comunidade também ganhavam espaço, notas de falecimentos de pastores e de senhores e senhoras que obtiveram junto às suas comunidades respeito e admiração, era bastante

comum tais notas virem acompanhadas de uma breve biografia, prestação pública das contribuições e das despesas realizadas pela Junta Executiva, órgão responsável pela administração dos bens denominacionais também encontravam espaço no jornal.

Sendo assim, é possível encontrar no Batista Paulistano notícias que refletem a ação coordenada do grupo, bem como notícias que revelam acontecimentos pertinentes às pequenas comunidades distribuídas pelo imenso Estado de São Paulo.

As publicações eram em preto e branco, mensais, porém, também sofriam variações de acordo com a necessidade denominacional, houve período em que as publicações foram quinzenais ou até mesmo bimestrais, tais mudanças, conforme já dissemos, sempre atreladas às necessidades denominacionais, uma vez que o jornal constituía – se no principal órgão de difusão das ações e dos acontecimentos batistas (grandes, médios e pequenos centros urbanos) no Estado de São Paulo.

Serão apresentados diversos artigos neste capítulo, todos eles publicados no período transitório democracia – ditadura (1961-1974). A apresentação e análise de tais artigos têm a finalidade de nos fornecer um panorama do imaginário e do cotidiano batista brasileiro em São Paulo durante o período aqui investigado. Suas preocupações, suas ações, suas diretrizes para a época, enfim, o comportamento do grupo em meio às grandes transformações de ordem política e socioeconômica vigentes no período e já abordadas no primeiro capítulo deste trabalho.

A década de 60 do século XX é especialmente significativa. O Brasil acabava de passar por um imenso pleito em que novas forças políticas se apresentavam, o mundo fortemente influenciado pela bipolarização (capitalismo versus socialismo) e disputa ideológica entre as principais potências de então,

Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O medo da elite burguesa nacional de uma aproximação do governo representado pelo Sr. Jânio da Silva Quadros da política estatizante e socialista de Fidel Castro em Cuba acirra a oposição a seu governo o que o leva a renunciar em agosto de 1961.

Por ocasião da posse do candidato eleito à Presidência da República, Sr. Jânio da Silva Quadros, os Batistas Brasileiros realizavam sua 43ª Convenção Batista Brasileira em janeiro de 1961:

“COM A IGREJA DE VILA MARIANA A CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA”.

A MAIOR CONVENÇÃO JÁ REALIZADA EM SÃO PAULO – UMA HOSPEDAGEM FIDALGA – UMA PORTA SE ABRE NO AMAZONAS – JOELHOS DOBRADOS EM FAVOR DA PÁTRIA – COLABORAÇÃO DA IMPRENSA, RÁDIO E TELEVISÃO”

Mais uma assembléia da Convenção Batista Brasileira se realiza na cidade de São Paulo. Dessa vez Vila Mariana foi a Igreja Hospedeira. (...) Três sessões eram realizadas diariamente, variando as assistências de 500 a 2000 pessoas cada uma. Houve uma representação de 409 igrejas de 20 Estados do Brasil, com um total de 1.113 mensageiros, vindos de todas as unidades da Federação Brasileira, exceção apenas do Rio Grande do Norte que não se fez representar.(...)

Os trabalhos convencionais foram iniciados às 14 horas do dia 25 de janeiro, havendo já no fim daquela sessão no registro de mais de 700 mensageiros. A diretoria que presidiu a convenção ficou assim constituída: presidente, pastor Rubem Lopes, 1º vice-presidente, pastor João Soren, 2º vice-presidente, pastor José dos Reis Pereira, 3º vice-presidente, pastor Valdívio de Oliveira Coelho, 1º secretário, pastor Tiago Nunes de Lima e 2º secretário, pastor Ebenézer Soares Ferreira e tesoureiro pastor Alberico Antunes de Oliveira.(...)

Em uma as sessões da convenção foi lida uma saudação do Governador do Amazonas redigida nos seguintes termos:

‘Manaus, 19 de janeiro de 1961.

Aos senhores mensageiros da Convenção Batista Brasileira.

São Paulo-Brasil

Saudações cordiais:

Aproveitamos o ensejo da ida do nosso amigo Professor Antunes de Oliveira à Convenção Batista Brasileira, a fim de vos mandar saudações e a notícia de que, em nosso grande estado há possibilidade para os batistas criarem e manterem obra de educação, de agricultura e ajuda social, quer na capital, como no interior, tudo de acordo com as constituições Federal e estadual.

Dentro dos princípios e prática da liberdade religiosa, - hoje, apanágio e trilha certa do Povo Brasileiro -, as vossas organizações têm campo de trabalho admirável no Amazonas, onde os líderes e o povo batista conseguiram respeito público pela sua conduta impressionante.

Que as reuniões dessa convenção sejam orgulho do Povo Brasileiro, em plagas dos formidáveis compatriotas do dinâmico Estado de São Paulo.

Respeitosamente.

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

Governador do estado do Amazonas

(...)

No dia 31 de janeiro tomaria posse no Palácio da alvorada o novo Presidente da República. A convenção estava reunida em uma das suas mais sessões deliberativas. Precisamente duas horas antes em que o Sr. Jânio da Silva Quadros seria investido no mais alto posto da pátria Brasileira, a convenção resolve enviar-lhe mensagem de congratulações. Além disso, dobraram todos os mensageiros os seus joelhos em fervorosa prece, rogando a Deus suas mais escolhidas bênçãos sobre o novo Presidente da república e nosso querido Brasil.(...)

(Batista Paulistano, Janeiro de 1961, p.03)

Esta era a 43ª Convenção Batista Brasileira, outras já haviam ocorrido no estado de São Paulo, chama-nos à atenção o fato de que as assembléias convencionais eram marcadas por um grande cerimonial, este com o propósito de impactar a sociedade local e chamar a atenção para as ações realizadas pelos Batistas Brasileiros, em outras edições do mesmo jornal encontramos relatos de grandes desfiles compostos por todos os segmentos da membresia Batista pelas principais avenidas dos municípios em que estava ocorrendo o encontro.

O artigo começa destacando a grandiosidade da reunião, o número de mensageiros, a quantidade de igrejas representadas, bem como, o número de unidades da federação presentes à assembléia, certamente uma das maiores reuniões realizadas pelos Batistas Brasileiros em território nacional.

A escolha do Estado de São Paulo deveu-se à inauguração do templo da Igreja Batista em Vila Mariana que se constituiu em um importante símbolo para os Batistas do Estado de São Paulo no período em que foi liderada pelo pastor Dr Rubem Lopes.

Nesta mesma ocasião é lida em Plenário uma carta enviada pelo governador do Estado do Amazonas em que este deixa o claro convite para que os Batistas Brasileiros possam iniciar no Estado algumas obras de educação e de assistência social. Nesta época diversos colégios construídos pelos batistas, alguns quase centenários, demonstravam a preocupação desse grupo com questões sociais, atuar no campo social consistia certamente em estratégias para a ampliação da membresia ou para conseguirem apoio da sociedade.

De qualquer forma tal atuação nas áreas educacional, de assistência social e de agricultura como mencionados na carta do então governado do Amazonas, reflete o bom desempenho e respeito do grupo a ponto de receberem do próprio governador um pedido oficial para atuarem no Estado com amplo apoio do governo estadual.

É importante destacar nesse artigo a postura adotada pelos batistas em reunião, no que diz respeito á posse do novo Presidente da República, o grupo entrega a Deus o novo governante evitando fazer solicitações, dar orientações, mantendo a prática e a crença na total separação entre Igreja e o Estado. Envia mensagem de congratulações na esperança de que o novo presidente fará um bom governo.

3.1 O BATISTA PAULISTANO DURANTE O GOVERNO JÂNIO QUADROS

Ao examinarmos os artigos publicados no jornal Batista Paulistano durante os meses em que a Presidência da República foi ocupada pelo Sr. Jânio da Silva Quadros, (Fevereiro de 1961 a Agosto de 1961), constatamos que dos artigos publicados no jornal poucos ou quase nenhum faziam menção ao estado socioeconômico ou político pelos quais o país atravessava.

Os assuntos contemplados nos diversos artigos atendem e demonstram bem a vocação para a qual o jornal foi criado, o de ser a voz dos batistas brasileiros no Estado de São Paulo, a de divulgar as ações individuais / comunitárias e / ou do grupo presente em São Paulo.

Nesse sentido podemos encontrar publicados no periódico os informes denominacionais seguinte: das atividades realizadas pelas grandes, médias e pequenas comunidades Batistas espalhadas pelo Estado de São Paulo, pedido de ajuda por parte dos pastores do Vale do Ribeira por ocasião de uma grande enchente ocorrida na região (Inundação Vale do Ribeira 01/1961); artigos de caráter moral posicionando-se de maneira contrária às relações matrimoniais entre os batistas e não cristãos (Casamento Misto 01/1961).

Outros artigos discutem a questão salarial dos pastores denominacionais (A Bíblia e o salário pastoral 02/1961); preparação de grandes campanhas evangelísticas pelo Estado de São Paulo (Uma Grande Campanha de Billy Graham no Brasil 02/1961); as atividades que famílias batistas desenvolviam para dar visibilidade às ações do grupo, a música clássica e sacra como instrumentos utilizados para a promoção de diversos eventos (Família Batista promove Hora da Arte em São Paulo 2/1961); outros artigos tratam de um importante Instituto de Beneficência destinado ao atendimento da membresia mais carente, objeto de orgulho para o grupo na época (Agência da Junta de Beneficência em São Paulo 05/1961).

Elaboramos a seguinte tabela de artigos e assuntos para melhor explicitarmos nossa constatação:

Artigos Publicados pelo Batista Paulistano durante o Governo Jânio Quadros	
Tema / Assunto	Quantidade de artigos
Informes Denominacionais	79
Teológico	19
Sociedade	09
Educação Secular / Teológica	07
Finanças	08
Editorial	06
Necrológico	05

Fonte: Batista Paulistano, Janeiro a Agosto de 1961.

3.2 O BATISTA PAULISTANO DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART

Substituindo Jânio Quadros, o Sr. João Goulart eleito vice-presidente, popularmente conhecido como Jango, por força constitucional assumiria a Presidência da República, herdeiro do populismo varguista e notadamente de tendência socialista ou de esquerda, sofre de igual forma com a oposição política da elite burguesa nacional representada no Poder Legislativo e, em meio a esse contexto, sua posse é retardada até que se encontre consenso entre as lideranças partidárias nacional.

Tal consenso só foi alcançado por meio de mudança na forma de governo do país e o Sr. João Goulart assume a presidência da República que agora não mais era presidencialista e sim parlamentarista. O sistema presidencialista só retornou em 1963 após a aplicação de um plebiscito.

Estes foram anos de grandes disputas políticas no país, tendo vencido o presidencialismo e com o presidente novamente revestido de plenos poderes

constitucionais inicia um grande movimento para angariar apoio popular para a implantação das chamadas reformas de Base, também explicitadas neste trabalho no segundo capítulo.

Uma das Reformas de Base estava intimamente relacionada à área educacional, pois, propunha a ampliação de vagas nas universidades e a possibilidade de outorgar aos estudantes o acesso aos órgãos diretivos do meio acadêmico. Em se tratando de educação, a preocupação manifestada entre os batistas através de sua principal publicação o Batista Paulistano diz respeito ao ensino religioso, conforme podemos perceber no artigo abaixo:

“O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS”.
CRIA-SE AMBIENTE DE DISCRIMINAÇÃO E ÓDIO – NOSSO FILHO NAS
VEREDAS DA IDOLATRIA – O ENSINO RELIGIOSOS EVANGÉLICO NÃO
RESOLVE – URGE UMA PROVIDENCIA DAS AUTORIDADES

‘Publicou “O Jornal Batista” de 10 de agosto oportuno artigo do Dr. João Filson Soren, Presidente da Aliança Batista Mundial, sobre as graves realidades que vêm sendo praticadas no setor de ensino religioso nas escolas públicas da Guanabara. Ao recebermos aquele jornal estávamos enfrentando os mesmos problemas em nossa cidade, aqui no Estado de São Paulo. As irregularidades denunciadas no trabalho do Dr. Soren não são verificadas apenas no mais novo Estado da Federação Brasileira, mas pelo contrário, com maiores agravantes, em todo o território nacional.

Os pais evangélicos, ao matricularem seus filhos nos estabelecimentos públicos, declaram a confissão religiosa a que pertencem e pedem que os menores sejam isentos das aulas de religião católica romana, isto em virtude de não haver classes do seu próprio credo. Acontece, porém, que em geral, não são atendidos em sua exigência. Algumas vezes as crianças são enviadas para galpão do estabelecimento, mas em geral, são constrangidas a permanecerem na sala de aula. Alegam as professoras que as crianças apenas ficam na classe, mas não são obrigadas a tomar parte no ensino, sendo argüidas e respondendo perguntas. Tal situação, entretanto, não deixa de ser vexatória, tanto para as crianças como para seus pais, que vêem seus filhos sendo encaminhados em uma doutrina contrária a suas convicções.(...)

O certo é que filhos de pessoas que não professam o catolicismo romano são vítimas de coações violentas por causa de sua fé religiosa. E não se diga que a tentativa do ensino religioso dado pelos evangélicos resolve o problema.(...)

O pastor Soren denunciou também em seu artigo a coação tremenda de que são vítimas as professoras evangélicas porque se recusam a funcionar como censoras durante as aulas de religião católica e não se prestam a fazer avisos alusivos a comunhões e a corrigir provas de religião.(...)

É tempo de nos acordarmos para sacudir o jugo dessa tirania. Urge que em nossas convenções estudemos o assunto e façamos representações que vão diante dos poderes públicos a fim de que seja eliminado de uma vez o ensino religioso nesta oficina de trabalho secular, que é a escola pública.'

(Batista Paulistano, Outubro de 1961, p. 3)

Durante a década de 60 do século passado uma das preocupações presentes entre os batistas Brasileiros diz respeito ao ensino religioso obrigatório, ministrados nas escolas da rede pública, o artigo inicialmente publicado pelo "O Jornal Batista" externava tal preocupação conforme nos relata o artigo trechos do artigo aqui transcritos, não apenas por se tratar de ensino contrário às práticas defendidas e ensinadas pelo grupo, mas, além de ser contrária era ensinada em espaço público e cerceava a liberdade religiosa tão apregoada pelos grupos ditos protestantes.

Outro artigo encontrado no Batista Paulistano desse período retrata os embates ocorridos entre os Batistas Brasileiros no Estado de São e a Igreja Católica Apostólica Romana, nas questões referentes ao Ecumenismo proposto pelo catolicismo romano, que possibilitou um intercâmbio entre a Congregação Mariana e os batistas de São Paulo através da ida do pastor Presidente da Convenção Paulistana pr Dr Rubens Lopes. Na ocasião procurou esclarecer os pontos pelos quais os batistas se recusavam a aceitar a integração sugerida por Roma. Na sociedade, a questão religiosa dava origem a conflitos no interior do Estado de São Paulo conforme nos mostra o artigo abaixo:

"PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA EM GUARATINGUETÁ"

‘Recebemos do irmão Carlos Vieira, membro da 1ª Igreja Batista do Rio, a presente carta, pela qual somos informados sobre a intolerância religiosa praticada em Guaratinguetá. É lamentável que neste século das luzes, fatos dessa natureza verifiquem ainda em nosso país.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1961.

Exmo Senhor
Redator do batista Paulistano

Prezado irmão em Cristo:

Ontem, domingo, logo no início dos serviços religiosos matutinos na Primeira Igreja batista desta metrópole, o dr João F. Soren, pastor da mesma e presidente da Aliança Batista Mundial, relatou em linguagem veemente os tristes e vergonhosos fatos ocorridos na cidade de Guaratinguetá. Censurou o pastor Soren com energia a Igreja Católica, pelo acontecido, particularizou a criminosa ação de padres estrangeiros à frente dos apedrejamentos e incendiadores do templo evangélico, profligou ao mesmo tempo a atitude destituída da necessária energia das autoridades públicas em face da consumação dos fatos e, finalizando, estranhou ele que a imprensa falada e escrita e também os programas radiofônicos evangélicos fizessem silêncio em torno do ocorrido.

O curioso é que essa mesma Igreja Católica, tão desejosa de unir-se ao Estado no Brasil, para viver à sua custa, viva a falar tanto num ecumenismo, enquanto apóia apedrejamentos, incêndios e outras muitas formas de perseguição ao que já não se subordinam ao seu negro jugo.

Não creio que os Torquemadas de Guaratinguetá ajustarão contas com a justiça e expiarão no cárcere o crime que neste século, praticaram contra a liberdade religiosa em Guaratinguetá.’

(Batista Paulistano, Dezembro de 1961 p. 3)

O artigo acima retrata a existência de um conflito religioso que num primeiro momento é constatado no sistema educacional do país, mas que nos lugares mais distantes dos grandes centros urbanos o conflito alcança limites intoleráveis. O texto faz referências a apedrejamentos, incêndios e outras formas de intolerância, pedem também que as autoridades e a própria imprensa laica ou religiosa se

manifestem acerca de tais acontecimentos, inúmeros artigos publicados no batista Paulistano trazem relatos de confrontos entre protestantes e católicos.

Cabe aqui lembrar que tais relatos funcionavam também como elementos motivadores para que a membresia denominacional mantivesse acesa o desejo expansionista presente principalmente entre a liderança do grupo e, que anos mais tarde daria origem a mais uma Grande Campanha de Evangelização Batista em território nacional.

A 54ª assembléia da Convenção Batista Paulistana realizada de 9 a 12 de Janeiro de 1962 na cidade de Marília tem como uma de suas principais decisões:

“GRANDE CAMPANHA EVANGELÍSTICA DE 1962”

A Convenção patrocinará essa campanha, que tem como Presidente de sua Comissão o pastor Rubens Lopes e como Secretário executivo o pastor Henry Earl Peacock, e que abalará São Paulo através de Conferências simultâneas em mais de 100 igrejas, incluindo as da capital, do A. B. C., de Santos e de Mogi das Cruzes. Será feita uma forte propaganda pela imprensa, pelo rádio e televisão e a sua execução será uma excelente preparação para a campanha de Billy Graham, que virá em seguida. Com muita razão se denominou o ano de 1962 – o ano de Missões.”

(Batista Paulistano, Janeiro de 1962 p. 1)

O expansionismo Batista no Brasil e no Estado de São de Paulo foi possibilitado através de grandes campanhas de mobilização local e nacional; de um lado, os meios de comunicação oficiais dos Batistas Brasileiros, os jornais e os programas radiofônicos que davam visibilidade aos confrontos com o catolicismo romano; de outro lado, de forma bastante intensa os discursos realizados pelos líderes denominacionais que enfatizavam a necessidade urgente da difusão dos princípios defendidos pelo grupo, e, alguns artigos tais princípios eram tidos como um elemento moralizador da sociedade em decadência.

Exemplo disto é o que nos mostra o artigo publicado pelo Batista Paulistano e de autoria de seu redator:

“O PROBLEMA DO BRASIL É TEOLÓGICO”

‘Há incontestavelmente em nossos dias um verdadeiro desajuste social. Extremos de pobreza e extremos de riqueza, inquietações por toda parte, revoltas e greves, protestos e mais protestos contra a situação, empregados contra empregadores e empregadores contra empregados.

Em nosso país é desolador o quadro de levas e mais levas de nortistas que procuram todos os dias os Estados do sul em busca de melhores recursos. Já agora, quando olhamos para São Paulo e outros Estados da região, vemos que a fome e a miséria vão rondando assustadoramente os lares. Nas esquinas e praças vêem se constantemente mãos estendidas e braços esqueléticos pedindo um óbolo de pão para mitigar a fome.

A elevação do custo de vida atinge as raias da calamidade, suplantando todos os salários. A exploração do rico contra o pobre já faz até se descrer que haja senso de humanidade no coração dos homens. Cada pessoa com quem se conversa sobre o assunto se mostra decepcionada e descrente de dias melhores. Tudo fazem os homens, ainda que religiosos para burlar as leis do país e explorar os menos protegidos, formando colossais patrimônios a custa do sangue e da vida de vítimas indefesas.

Surge então uma pergunta: Qual a causa de tanta calamidade? (...)

(Batista Paulistano, Março de 1962, p. 3)

Este é o primeiro artigo publicado no Jornal Batista Paulistano que faz alusão de uma forma mais direta aos problemas sociais enfrentados pela nação brasileira naquele momento extremamente conturbado. O ano de 1962 foi realmente um ano bastante confuso para o então Presidente da República, a insatisfação popular era intensa e atingia á todas as áreas: conflitos políticos, forte crise econômica e o setor trabalhista em forte rivalidade com a o setor empresarial, tempo difícil aquele.

O artigo termina atribuindo todo o caos social a um suposto desvio das determinações divinas expressa nos textos bíblicos e mais, ressaltando a necessidade de se promover uma grande mobilização nacional para que o povo

brasileiro retornasse a um cristianismo genuíno e, conseqüentemente, experimentasse uma nova ordem social pautada em preceitos divinos.

Vejo aqui uma proposta de organização social a partir do sagrado, como se as relações sociais humanas não se constituíssem a partir de elementos exteriores aos preceitos religiosos desde ou daquele grupo, tal desvio do cristianismo genuíno é atribuído no mesmo artigo á tradição católica romana.

Outra publicação nos chamou bastante a atenção:

**“REFORMA DE BASE”
PASTOR DAVID GOMES**

‘Hoje se escreve e se fala muito em “Reforma de Base”: reforma tributária, reforma universitária, reforma cambial, reforma agrária e etc. Não nos move discutir o mérito do problema, se já ou não necessidade de tais reformas ou como conseguilas. Em qualquer circunstância, entretanto, se não houver uma Reforma de base no indivíduo, no próprio homem, qualquer outra reforma será relativa e, em certos casos, até inútil.(...)’

(Batista Paulistano, Dezembro de 1962 , p. 3)

**“1964, PREPARAÇÃO ESPIRITUAL PARA A GRANDE CAMPANHA DE
EVANGELIZAÇÃO NACIONAL EM 1965”.**

(...) Roubo, crimes, corrupção, vicílios, falta de caráter, mentira, negociantes inescrupulosos, maus patrões, maus empregados, câmbio negro, infidelidade, contrabando, mendicância, miséria, fome, intrigas, meretrício e tantas outras coisas, serão banidas de nossa pátria pelo poder do evangelho de cristo, que há de ser anunciado vigorosamente com todas as veras almas, a este povo que merece felicidade dos céus.(...).

(Batista Paulistano, Fevereiro de 1964, p.1)

Os três últimos artigos apresentados aqui e publicados pela liderança Batista no Estado de São Paulo atribuem o caos social a um distanciamento do

homem da divindade, há o reconhecimento dos problemas sociais e das instabilidades política e econômica, no entanto, a solução para tais males não residiria na vontade humana, mas, na aproximação do homem com a divindade e a partir de então, a ordenação do mundo social.

Não se registra no Batista paulistano nenhum artigo que faça referência ao plebiscito realizado em 1963.

Não foi encontrada nos arquivos da Convenção Batista do Estado de São Paulo e na Biblioteca da Faculdade Teológica Batista de São Paulo a edição do Batista Paulista referente aos meses de abril e maio de 1964, não sabemos se as edições não circularam ou se extraviaram.

Durante esse período outros temas permearam as publicações do Batista Paulistano, as mesmas nos fornecem um panorama das preocupações dos batistas e firma o jornal como canal de diálogo denominacional.

Nesse sentido encontramos artigos discutindo: a escassez de pastores para as regiões norte e nordeste do Brasil, problema esse enfrentado também pela Igreja Católica Apostólica Romana, uma grande concentração de sacerdotes nos principais núcleos urbanos e uma defasagem nos cantões do país (Ministério das perguntas e respostas, publicado em Julho de 1961, edição nº 7); conflitos entre crentes e católicos, bastante comum no interior do país na primeira metade do século XX (Perseguição religiosa em Guaratinguetá, publicado em Dezembro de 1961, edição nº 12); a preocupação dos batistas de São com a preservação de sua história e o desejo de se construir e/ou organizar um Museu Batista com sede nas dependências da Primeira Igreja batista em São Paulo (Os Batistas de São Paulo escrevem sua História, publicado em Dezembro de 1961, edição nº 12); as campanhas de mobilização com fins expansionistas ou evangelísticas (Grande Campanha Evangelística “Cristo a Única Esperança”, publicado em Fevereiro de 1962, edição nº 2); questões referentes ao Ensino Religioso no Brasil e ao diálogo

entre o responsável pelo E. R. nas escolas públicas no Estado de São Paulo Rev. Jacques Ávila (O Ensino Religioso nas Escolas Públicas, publicado em Fevereiro de 1962, edição nº 2); diversos artigos de caráter administrativo, sobre a necessidade de se planejar os gastos e os investimentos (Quanto queremos investir em educação?; Quanto queremos investir em Beneficência?, publicado em Julho de 1962, edição nº 7); sobre o desejo se obter um Hospital denominacional (Como conseguir um Hospital batista?, publicado em Setembro de 1962, edição nº 9); relatórios sobre o avanço Batista pelo Estado de São Paulo resultante das campanhas realizadas (O Secretário correspondente informa: Somos 266 igreja no estado, sendo 93 na capital e 173 no interior, mais 10 serão organizadas no presente ano, publicada em Novembro de 1962, (edição nº 11); sobre a aquisição de outros veículos de comunicação (Uma Estação de Rádio Evangélica, publicada em Janeiro de 1963, edição nº 1), (Departamento de Rádio, publicada em Outubro de 1963, edição nº 10); comunicações sobre formatura da Faculdade teológica (Formatura da Terceira turma da Faculdade de Teologia do Colégio Batista Brasileiro, publicado em Novembro de 1963, edição nº 11); sobre a cisão doutrinária Batista na década de 60 (Pr Enéas Tognini – Igreja batista de Perdizes, publicado em fevereiro de 1964, edição nº 2); campanha nacional de evangelização (1964, Preparação Espiritual para a Grande Campanha de Evangelização nacional, 1965, publicado em Março de 1964, edição nº 3) e de forma muito singela, uma referência ao Concílio Vaticano II (A Igreja Católica toma novo rumo, publicado em março de 1964, edição nº 3).

Elaboramos a seguinte tabela de artigos e assuntos para melhor explicitarmos nossa constatação:

Artigos Publicados pelo Batista Paulistano durante o Governo João Goulart	
Tema / Assunto	Quantidade de artigos
Informes Denominacionais	242
Teológico	14
Sociedade	09
Educação Secular / Teológica	12
Finanças	20
Editorial	10
Necrológico	12

Fonte: I Batista Paulistano, Setembro de 1961 a Março de 1964.

3.3 O BATISTA PAULISTANO DURANTE O GOVERNO DO MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

Os anos que se seguem pós 64 são anos difíceis para a sociedade brasileira, pois nascia a ditadura militar no país. Os militares passam a ter controle absoluto sobre a vida do país, a economia, a política, a cultura através de vários mecanismos criados para a produção e o controle efetivo da mesma, os movimentos sociais de todas as ordens ou segmentos, entre outros fatores.

A 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional homologou o nome indicado pelo comando militar para ser o presidente da República: o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército e coordenador da conspiração com João Goulart. Sua posse ocorreu quatro dias depois.

As primeiras medidas do governo anterior destinaram-se a anular os atos do governo anterior (me parece que esta é uma prática bastante usual ainda nos dias de hoje, há uma confusão exacerbada entre política de Estado e política

partidária, tem predominado a segunda) e reprimir aqueles que poderiam opor-se ao novo regime: revogação de decretos de nacionalização de refinarias de petróleo e desapropriação de terras; cassação e suspensão de direitos políticos de 378 pessoas, entre as quais três ex-presidentes – Juscelino, Jânio e João Goulart, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional; demissão de dez mil funcionários públicos; instauração de cinco mil investigações envolvendo quarenta mil pessoas. O governo militar começa assim, abalando as bases da democracia brasileira.

Os Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo estavam fortemente mobilizados para a realização da “Grande campanha de Evangelização nacional” que ocorreria no ano seguinte. Como as edições de abril e maio de 1964 não foram encontradas, localizamos na edição de Junho de 1964 a publicação de artigo cujo título é o seguinte:

“Grande Campanha de Evangelização Nacional de 1965 – A terra das bandeiras empolga-se vivamente com a grande campanha – 1965 – Todas as secções do Estado já possuem secretários – Todas as igrejas atendem ao alistamento para a Grande Tarefa – Homens, Mulheres, Jovens e Crianças unificam-se no trabalho preparativo – A secção da capital esta dinamizando o Povo Batista nas 90 Igrejas – O grande Interior responde à altura.”

(Batista Paulistano, Junho de 1964 , p.1)

O artigo discorre sobre os preparativos para a chamada ‘Grande Campanha’ de uma maneira bastante ufanista, fortemente baseada em dados numéricos, ressaltando o esforço das pequenas e longínquas comunidades Batistas no Estado de São de Paulo, é perceptível na leitura do texto um certo elemento motivador para que o leitor se engaje na ação. Os principais nomes denominacionais daquele momento são citados, líderes que encontram forte aceitação por parte da membresia como os pastores Rubens Lopes, David

Gomes, Fausto de Aguiar, Erodice Queiroz. Possuíam um poder de mobilização muito forte.

Trechos da história do grupo não são esquecidos, personagens e ideais dos primeiros missionários estadunidenses são lembrados, bem como as perseguições e, os constrangimentos sofridos nos embates com o catolicismo apostólico romano.

Outro artigo bastante interessante é o que vem a seguir:

“BATISTAS EM GUERRA!!”

‘Notícias de todas as Igrejas Batistas estão chegando, com solidariedade para a “Grande Peleja de 1965”. Todos os Batistas desde o menor até o mais velho, meninos, meninas, a mocidade, as senhoras, os homens, todos convocados para formarem as fileiras para essa ‘GRANDE BATALHA’.

‘O CLARIM que chama os crentes à batalha já soou; Cristo à frente do seu povo, multidões já conquistou. O inimigo em retirada, seu furor patenteou. “VENCENDO VEM JESUS”. (...)’

Às 17 horas chegaram os pastores AMÉLIO GIANETA e ILGONIS JAINAT, pastor Gianeta vibrou quando falava da GRANDE CAMPANHA.

Exortou os crentes; - ‘ESTAMOS NUMA PELEJA!’ Somos um time de batistas; Só que não há um Pelé! Mas cada batista tem que ser um Pelé marcando seu gol! Cada batista ganhando uma pessoa para Cristo.(...)

Sim, os batistas estão em guerra! Já começou o ano de 1965 com grandes reuniões, com as clarinadas etc.

Convidamos, a todos para se alistarem; que nem um soldado seja desertor! Seria triste para o nosso ‘Capitão’, saber que muitos estão fugindo à luta! (...)

Alistemo-nos, peguemos em nossas armas e declaremos em vibrante voz ‘CRISTO, A ÚNICA ESPERANÇA ‘.

(Batista Paulistano, Junho de 1964 , p. 1)

Algumas expressões utilizadas nesse artigo chamam bastante a atenção, começamos pelo título, a palavra guerra aqui empregada pressupõe a existência de um inimigo comum a todos os batistas. Este período é fortemente marcado pelos embates com o catolicismo apostólico romano, pouco se encontra nos

artigos publicados pelo Batista Paulistano, texto que fazem alusão direta ou indireta aos grupos afro-brasileiros, mas em abundância sobre o catolicismo apostólico romano. Nesse sentido, quem seria o inimigo a ser enfrentado nesta guerra? Penso que tal expressão era bastante utilizada no período, pois, não nos esqueçamos que o mundo estava bipolarizado, sofrendo as tensões decorrentes de uma disputa ideológica encampada pelos Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, era o mundo da Guerra Fria.

O inimigo certamente seria o paganismo ou o romanismo, responsáveis pelo caos em social, moral, político e econômico no qual o país estava mergulhado e contra os quais a batalha se fazia necessária e urgente.

Colhendo ainda os efeitos da grande conquista realizada pela Seleção Brasileira de futebol na Copa de 1962, é feita uma referência ao jogador Pelé, cuja contribuição no bicampeonato mundial foi ímpar, embora sua participação nesse campeonato tivesse sido mínima.

A utilização nesse momento de tal metáfora, serve aqui para criar no povo batista um sentimento de equipe a partir da nostalgia presente no imaginário do povo brasileiro. Se por um lado, a seleção simbolizava um forte sentimento de patriotismo, por outro aplicado ao universo religioso do grupo era um elemento indispensável para fazer aflorar no grupo não apenas um desejo de vitória, mas, de envolvimento pessoal e a necessidade de cada um se envolver e dar o melhor de si em favor de algo que representaria não só a expansão do grupo, mas, a 'salvação' da terra brasilis.

Um trecho do mesmo artigo diz respeito a um hino do cantor Cristão Batista livro que reúne os principais cânticos entoados nas celebrações do grupo. Os hinos arrolados no Cantor cristão procuram de uma forma ou de outra retratar grandes momentos da história do povo batista, colocar o indivíduo em contato com

a divindade ou são releituras de músicas que tinham grande importância para as nações inglesa e estadunidense, berços dos Batistas.

O hino “Vencendo Vem Jesus” de nº 112 no cantor cristão representa dentro do imaginário religioso batista a vitória do Cristo sobre tudo aquilo que lhe é oposto e, é sempre cantado pelo grupo em momentos de grandes desafios, tal como se apresentava o ano de 1965: Era a grande Campanha Nacional de Evangelização que se aproximava.

Todo membro de uma comunidade batista alfabetizado ou não certamente dominava com extrema habilidade a letra deste hino, o mesmo tornou – se, portanto, um importante elemento mobilizador do o grupo.

O jornal se mostra como o principal meio de comunicação e divulgação das ações batistas no período, um instrumento visto como voz oficial do grupo. Nessa época o olhar dos batistas brasileiros se volta para o setor político, algo que não era visto com tanta importância até o momento.

“A CAMPANHA DE EVANGELIZAÇÃO IMPRIME NOVOS RUMOS”

‘(...) O encontro do pastor Rubens Lopes com o Presidente da República é bem uma amostra do que está acontecendo. Mas seu programa inclui os governadores, prefeitos das capitais, presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, presidentes das assembleias legislativas, presidentes das câmaras das capitais, Prefeitos das grandes cidades do Brasil. Vários Estados já foram visitados e o programa tem sido realizado com devoção. A receptividade que tem encontrado o pastor Rubens Lopes que sempre se faz acompanhar de pastores locais é impressionante, ultrapassando mesmo toda a expectativa. (...)

LÁGRIMAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No dia 5 de agosto foi marcada uma audiência do pastor Rubens Lopes e pastores de Brasília com o Presidente Castelo Branco. E assim aconteceu.

Mas o acontecimento se reveste de uma importância extraordinária porque seu fim foi dar conhecimento oficial e pessoal ao Presidente da República da Campanha Nacional de Evangelização e anunciar-lhe Cristo, a única esperança. E mais significativo ainda foi o encontro, porque levou o chefe da nação a recordar os seus dias de menino, quando em sua cidade natal no Ceará freqüentava a Escola Dominical de uma Igreja batista. E o Presidente se emocionou e comoveu-se. Comoveu-se até às lágrimas! Lembrou-se de que aqueles que chamam protestantes eram conhecidos como crentes, com cuja designação manifestou toda a simpatia e apreciação. Foi um encontro profundamente cordial, cujos efeitos só Deus pode avaliar.

Dizem que o presidente Castelo Branco é um homem que nem bebe e nem fuma. Nosso Presidente é tido como um homem honesto e sincero. É um homem de atitudes definidas. E agora unindo isso aos seus dias de menino, quando freqüentou a Escola Dominical de uma Igreja Batista temos de convir que os princípios do Evangelho de Cristo permearam sua vida e influíram na formação de caratê.

Oremos pelo Presidente, Simpatizemos-nos com ele. Ele precisa de uma experiência pessoal com Cristo, da salvação de sua alma. Isto acontecendo, todos seremos beneficiados, a pátria lucrará. Bem aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor.“

(Batista Paulistano, Agosto de 1964, p.5)

“RESPINGOS DA FALA DO PRESIDENTE”

‘(...) Basta que ao sairmos daqui não saíamos frios, indiferentes. Sairemos inflamados pelo calor desta campanha. Iremos ao Senhor Presidente da República e dir-lhe-emos que os batistas estão ao seu lado para salvar o Brasil. Estamos de pé ao lado do Brasil, apresentando Cristo para a salvação do próprio Brasil.”

(Batista Paulistano, Agosto de 1964, p.1)

Os novos rumos anunciados no título do primeiro artigo e a que faz referência é a tentativa da liderança Batista de dar visibilidade e angariar apoio dos dirigentes da nação, pois, desde abril de 1964, o Ato institucional de Nº 01 havia suspenso os direitos constitucionais por um prazo de seis meses, entendo

que essa agenda de contatos elaborada e levada adiante pelos líderes denominacionais visava de certo modo assegurar o direito de ir e vir do grupo.

O artigo termina com pedidos implícitos de apoio ao novo governante. Não era um encontro político, mas de caráter religioso, mas, que ao mesmo tempo o religioso poderia interferir no campo político.

Não encontramos nos arquivos consultados, Convenção Batista do Estado de São de Paulo e da faculdade Teológica Batista de São Paulo, as edições referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1964 e as edições de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1965.

Neste período o pastor Gorgônio Barbosa responsável pela redação do jornal desde o início da década de 1960 dá lugar ao pastor Bertoldo Gatz na redação do Batista Paulistano, em trecho do artigo descrito abaixo encontramos maiores informações acerca do novo redator:

“FACULDADE TEOLÓGICA TEM VICE-DIRETOR”

(...) O pastor Bertoldo Gatz tem servido à denominação em diversos trabalhos, atualmente como membro da Junta do Seminário do Sul e da Junta Executiva do campo paulistano. Recentemente aceitou a redação do Batista Paulistano. Na Faculdade ocupa a cadeira de Grego, além de ser professor de outras matérias durante os sete anos que tem servido a Instituição.(...)”

(Batista Paulistano, Novembro de 1965 , p.1)

Em outubro de 1965 é publicado o Ato Institucional de nº 2, este impõe ao povo brasileiro algumas mudanças, pois, dava maiores poderes ao Presidente da República quanto à apresentação de projetos de lei; atribuía competência à Justiça militar para julgar civis incurso em crimes contra a segurança nacional; estabelecia eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;

suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; autorizava a cassação de mandatos e suspendia os direitos políticos por dez anos; extinguiu os partidos políticos e autorizava a organização da Aliança Nacional Renovadora e do Movimento Democrático Brasileiro (ARENA e MDB respectivamente). Aos poucos o novo governo mostrava que estava endurecendo o controle sobre a oposição ao regime e sobre os demais segmentos sociais.

Enquanto segmento social, os Batistas Brasileiros estavam orgulhosos de seu crescimento, pois, só no Estado de São Paulo dos 16 milhões de habitantes, 33 mil se declaravam Batistas e que haviam alcançado o número de 300 igrejas e que delas 106 estavam localizadas na capital do Estado.

Diversos artigos publicados demonstram que os batistas eram adeptos das grandes concentrações públicas, as chamadas “clarinadas”. Estas constituíam em grandes eventos públicos, com a cobertura de todos os meios de comunicação possível.

A assembléia da Convenção Batista Brasileira realizada em janeiro de 1966, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro, foi marcada com um grande desfile composto por todas as faixas etárias do grupo, que bem lembrava os eventos comemorativos realizados durante o governo do ex-presidente Getúlio Vargas por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho.

Passada a grande campanha realizada em 1965, o olhar dos batistas se volta para o Estado de São Paulo, pelas razões demonstradas no artigo reproduzido abaixo:

“CAMPO PIONEIRO”

‘Podem pensar que esteja me referindo a um país africano ou na melhor das hipóteses a um estado do interior brasileiro. Estou me referindo ao gigante que é o estado de São Paulo, o estado de maior população, de maior índice de

desenvolvimento, que ocupa um lugar preponderante na economia e nos interesses do Brasil.

Vamos a alguns dados: população aproximada 16 milhões; área 247.222 Kms; nº de municípios: 574; produz 50% da produção agrícola do país; o mais desenvolvido na indústria com 60% do total brasileiro; o Estado mais servido de meios de comunicação com as melhores rodovias e ferrovias; ambiente cosmopolita, abrigando pessoas originariamente de outros países e estados os mais diferentes.

Enquanto São Paulo se destaca notoriamente nas finanças, na produção e na população, realmente está bastante recuado no que diz respeito ao trabalho batista. Não que este não esteja progredindo, ou que os batistas estejam indiferentes diante dos fatos ocorre que o Estado progride a passos mais céleres que nosso trabalho. Por isso se torna cada vez mais pioneiro.(...)

(Batista Paulistano, Fevereiro e Março de 1966, p. 3)

As razões aqui apresentadas dizem respeito ao desenvolvimento e à capacidade econômica que o estado possuía, uma vez tendo suas ações ampliadas no estado, alcançar o restante do país seria uma tarefa por demais fácil.

Enquanto os Batistas no Estado de São Paulo começavam a se organizarem para a sua expansão pelo estado, o governo do marechal castelo Branco promulga em 15 de março de 1966, o Ato Institucional de nº 3 que estabelecia: eleições indiretas para os governadores de estado; nomeação dos prefeitos das capitais pelo governador; vinculação entre governadores e vice-governadores, para que ambos sejam do mesmo partido. Essas medidas que restringiam a democracia brasileira embora sentida por todo o povo, não se refletem nas publicações do Batista Paulistano. Neste período registra-se também a promulgação de uma nova constituição promulgada em janeiro de 1967. Esta sofreria profundas transformações dois anos mais tarde e que concentraria maiores poderes nas mãos do executivo nacional.

Outros assuntos estiveram presentes em suas publicações e que mereceram maior destaque por atender às finalidades do periódico: artigos que

retratavam a ação do Departamento de Mocidade da Convenção Batista Paulistana em uma curiosa mobilização em prol de pichações de rochas e outros espaços pelas estradas do Estado de São Paulo intitulada “Campanha Tinta e Pincel” (Mocidade apóia Campanha de Evangelização Nacional, publicado em Janeiro de 1965, nº 13, pág. 01); informações sobre os periódicos e dificuldades encontradas na produção do mesmo (Notas da Redação, publicado em Janeiro de 1965, nº 13, pág 02); sobre a necessidade de se saber dos resultados da campanha realizada em 1962 (Recenseamento, publicado em Janeiro de 1965, nº 10, pág 02); alusivo à participação das senhoras batistas no desfile da assembléia convencional (Página das Senhoras, publicada em Janeiro de 1965, nº 13, pág 03); sobre a atuação dos batistas no campo previdenciário e seus 37 anos de experiência na área (Junta de Beneficência, publicado em Janeiro de 1965, nº 13, pág 03); sobre o ensino teológico batista em São Paulo (Desenvolve-se a Faculdade Teológica batista de São Paulo, nº 13, pág 05); acerca do expansionismo batista (Uma Grande Conversão Brasileira, publicado em Fevereiro e Março de 1965, nº 02, pág 01), mais um artigo discutindo a escassez de pastores batistas (Porque faltam pastores hoje?, publicado em Dezembro de 1965 e Janeiro de 1966, nº 01, pág 01).

Além desses elaboramos a seguinte tabela de artigos e assuntos para melhor explicitarmos nossa constatação:

Artigos Publicados pelo Batista Paulistano durante o Governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco	
Tema / Assunto	Quantidade de artigos
Informes Denominacionais	115
Teológico	13
Sociedade	03
Educação Secular / Teológica	13
Finanças	09
Editorial	03
Necrológico	12

Fonte: Batista Paulistano, Junho de 1964 a Março de 1967.

3.4 O BATISTA PAULISTANO E O GOVERNO DO MARECHAL ARTUR DA COSTA E SILVA

O período em que o marechal Artur da Costa e Silva ocupa a Presidência da República é bastante interessante e conturbado, pois, cresceram no país diversas manifestações públicas contra os mandos e desmandos do governo militar. A nova Constituição promulgada em janeiro do mesmo ano ampliava os poderes do executivo o que permitiu a adoção de uma violenta repressão policial, vários segmentos se mobilizaram para se manifestarem, ocorreram passeatas realizadas por estudantes secundaristas e universitários, operários se organizaram e realizam greves contra o arrocho salarial que vinham sofrendo, alguns parlamentares arriscaram proferir discursos atacando a violência e a ditadura,

sacerdotes católicos da ala progressista discursavam contra a fome e o grau de miserabilidade na qual o povo brasileiro se enquadrava.

Nesse momento as estratégias de resistência ao golpe abrangem todas as áreas, da cultural à armada. A sociedade experimentava uma verdadeira ebulição. Surgem grupos de extrema esquerda que não acreditam no retorno da democracia por vias pacíficas, inspiram-se nos movimentos revolucionários pelo mundo afora, Cuba e o Vietnã, são os exemplos eleitos.

Enquanto isso no universo dos Batistas do Estado de São Paulo, registra-se no ano de 1967 a substituição do pastor Bertoldo Gatz da redação do Batista Paulistano, este iria para o Seminário de Fort Worth, Texas nos EUA, pela nova redatora Gláucia Curvacho Peticov.

Cada vez mais o Estado de São Paulo se apresenta como o novo foco para a atuação dos Batistas Brasileiros:

“SÃO PAULO É UM DESAFIO”

‘O crescimento rápido da população no Estado de São Paulo (agora com mais de 17 milhões)... Com seu aumento de um milhão por ano nos últimos cinco anos calcula-se uma população de 24 milhões para 1975. Os líderes batistas estão agora estudando um plano de 10 anos para o desenvolvimento das igrejas.’ ““.

(Batista Paulistano, Novembro e Dezembro de 1967, p. 4)

“SÃO PAULO: O MAIOR DESAFIO MISSIONÁRIO DO BRASIL”

‘(...) São Paulo!

Nome mágico, que inspira...

Metrópole gigante, cheia de vida...

Estado locomotiva que move a nação...
Eixo do país...Povo que constrói, alimenta, veste e educa o Brasil.
A cidade mais industrializada e tecnificada do Brasil.
A cidade que mais cresce no mundo.
A maior taxa demográfica entre as grandes cidades brasileiras.
O mais baixo nível de mortalidade infantil.
O mais alto nível de imigração.”

(Batista Paulistano, Janeiro de 1968, p. 1)

É notadamente visível no texto a importância que se dá ao Estado de São Paulo, seja pelo número de habitantes, seja pelo potencial econômico apontado na região, mas, chama mais à atenção o caráter ufanista de que traz o texto.

Por outro lado, esse é um período em que ocorre uma verdadeira revolução nos usos e costumes, a cultura passa por grandes transformações em vários sentidos, anticoncepcionais, minissaias e outras revoluções. Evidentemente que todas resultaram em impactos no meio batista o que levou o jornal a publicar o seguinte artigo:

“DELENDIA MODERNISMO”

‘Desapareceu o pudor. Os modernismos com suas modas se encarregaram de banir para o desterro o que há de mais precioso, a decência. O apóstolo São Paulo diz que é ‘desonra para o varão ter cabelo crescido’ (...)

Se pensarmos na fábrica, na loja, na televisão, no rádio, na sociedade, vemos que realmente nestes lugares os filhos de Belial estão mesmo atualizados seguindo aqueles moços levianos que não coram quando dizem ‘que são mais populares que Jesus Cristo’. Mas, porque imitar essa juventude depravada, sensual desairosa? (...)

‘Vinte centímetros acima do joelho’. Porque esse exagero? Até onde vai essa impureza e corrupção degradante? A moral chegou a zero, a impudícia campeia solta, o pudor foi derrotado, os bons costumes estão corrompidos, avoluma-se o paganismo porque a religião já lhe concedeu muito terreno.

Não somos contra a moda. Condenamos o exagero desenfreado, pois, tudo tem limite, inclusive a moda.(...) Os figurinistas que lançam modelos indecorosos são filhos do mundo, filhos das trevas. Idealizam a moda para os seus pares e não pra o crente(...).

Seja como for, o nudismo está demais nas praias, nas piscinas, nas passarelas, no carnaval, na condução, nas ruas, contudo, isto é lá entre o povo do mundo.(...)

Haja o que houver, agora precisamos combater sem cessar, pois muitas sentam no santuário e sem acanhamento nenhum cruzam displicentemente as pernas. Se o pastor aconselha para que evitem o exagero nas modas, então muitos pais 'crentes' são os primeiros a apelarem para a ignorância procurando companheiros para votarem a exoneração do anjo da igreja, e a juventude simplória, apoiada por eles começa com os ápodos: 'é um velho, não é atualizado, é antiquado, é coroa, é atrasado' e outras coisas mais.(...)"

(Batista Paulistano, Novembro e Dezembro de 1968, p. 2)

“MENSAGEIRO RESPONDE ÀS BOAS VINDAS”

(...) O campo doutrinário é quase um desastre. O mundanismo toma de assalto as nossas igrejas e nós nos mantemos impassíveis. A frequência de um crente ao cinema, ao teatro, ao futebol, ao jôquei-clube, às boates e a outros lugares semelhantes, já não são preocupações de nossos púlpitos nem de nossa disciplina. Já nos acomodamos.

A bossa-nova (que já ficou velha), a mini-saia, os cabeludos, as gírias e os 'atualizados' da época têm livre acesso a muitas das nossas igrejas e até com elogios e destaques, nalguns casos.

O vinho, a cerveja, a caipirinha, o fumo, o jogo, a loteria, a rifa e seus congêneres são aceitos ou tolerados quase que sem a mínima resistência por parte de alguns líderes.

O adultério, a mentira, a inveja, a cobiça e a fraude já não são 'privilégios' dos homens ímpios.(...)"

(Batista Paulistano, Janeiro e Fevereiro de 1968, p. 6)

Claro que as mudanças vivenciadas pela sociedade de uma forma de outra bateriam nas portas da igreja, chama – nos a atenção o fato de que o autor do artigo se vê pressionado entre a tradição e o que chama de modernismo. A insurgência contra as autoridades constituídas segundo a vontade de Deus ou não também estava se manifestando na igreja, creio que o desejo por liberdade era

muito mais latente que os dogmas ou tradição dos diversos grupos religiosos, incluindo aqui os batistas brasileiros no Estado de São Paulo.

Outro artigo chama a atenção:

“MANIFESTO DOS PASTORES BATISTAS”

‘Neste instante glorioso quando a humanidade testemunha o maior feito da história – A chegada do homem ao satélite natural da Terra – a Lua -, numa demonstração da capacidade de cumprir o destino que lhe foi confiado de dominar, a Ordem dos pastores batistas do estado de São Paulo, reunida por ocasião de seu 25º Retiro, com a Igreja Batista de Nova Jerusalém, na cidade de Santos, de 22 a 25 de Julho de 1969, alia-se ao nobre povo norte americano, em suas orações de gratidão aos Deus Todo – Poderoso pelo feito de seus três heróicos filhos: Neill Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Colins, que houve com tão impressionante humildade em momento de tamanha glória, rogando-lhe que este acontecimento venha concorrer para a compreensão e paz entre os homens e sobretudo para a glória devida exclusivamente a Deus – o Criador do universo.

São Paulo – Santos, 25/07/1969.

Pr. José Siqueira Dutra

Pr. Silas Melo “

(Batista Paulistano, Julho e Agosto de 1969, p.6)

Em meio a toda corrida armamentista, tecnológica e espacial e aos embates diplomáticos, culturais, ideológicos travados entre as duas grandes potências mundiais, o Batista Paulistano publica tal manifesto, é interessante destacar que a ida ao espaço realizada pelos russos primeiramente enviando a cadela laika e posteriormente a ida de Yuri Gagarin (1º homem que efetivamente voa fora do planeta) encontra no periódico apenas uma singela referência e de maneira depreciativa.

O governo do marechal Artur da Costa e Silva é marcado também pela promulgação do Ato Institucional nº 5, que dava ao Presidente da República poderes para fechar o Congresso nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais; decretar intervenção nos estados, municípios e territórios;

cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, suspender os direitos políticos por dez anos; decretar estado de sítio e prorrogá-lo e decretar o confisco de bens. Tais questões internas não se refletem nas publicações analisadas referentes ao período.

No entanto, outros temas foram publicados pelo Batista Paulistano, alguns deles são os seguintes: chamando a atenção para a campanha de evangelização das Américas (1ª Clarinada da Campanha das Américas, publicado em Fevereiro e Março de 1967, nº 01, pág 02); relatos sobre as ações batistas no Estado de São Paulo (Panorama do campo Batista Paulistano, publicado em fevereiro e Março de 1967, nº 02, pág 03) e (ABRASE – Uma agência de evangelização a serviço dos Batistas, publicado em Março e Abril de 1967, nº 02, pág 04); a possibilidade de expansão no estado de São Paulo (Branco para a ceifa, publicado em Março e Abril de 1967, nº 02, pág, 01); ida à cidade de Aparecida do Norte (Evangelizando a cidade de Aparecida do Norte – Sede da padroeira católica do Brasil, publicado em Novembro de 1967, nº 05, pág 03); sobre a possibilidade de expansão no estado (São Paulo é um desafio, publicado em Dezembro de 1967, nº 06, pág 03); Educação Teológica (Wrangles Breternitz, novo diretor de Colégio Batista Brasileiro, publicado em dezembro de 1967, nº 06, pág 4); sobre a mobilização da juventude batistas nas grandes campanhas realizadas pela denominação (Operação tinta e Pincel, publicada em Abril de 1968, nº 03, pág 01); sobre a morte do pastor estadunidense batista Martin Luther King (É meia Noite, publicada em Abril de 1968, nº 03, pág 01); sobre ecumenismo (Realizações atuais da Ecumênica Sociedade Bíblica do Brasil, publicada em Abril de 1968, nº 03, pág 02); sobre os recursos utilizados no expansionismo denominacional (Som e imagem a serviço de Deus – Junta de rádio e TV da Convenção batista Brasileira, publicado em Abril de 1968, nº 03, pág 02); a música no culto (A música na experiência cristã, publicado em Maio e Junho de 1968, nº 04, pág 01) e sobre as estruturas das igrejas no Estado de São Paulo (Boa, Nobre e Grande Igreja, publicado em Maio e Junho de 1968, nº 04, pág 01).

Além desses elaboramos a seguinte tabela de artigos e assuntos para melhor explicitarmos nossa constatação:

Artigos Publicados pelo Batista Paulistano durante o Governo do marechal Artur da Costa e Silva	
Tema / Assunto	Quantidade de artigos
Informes Denominacionais	302
Teológico	29
Sociedade	04
Educação Secular / Teológica	15
Finanças	09
Editorial	01
Necrológico	31

Fonte: Batista Paulistano, Março de 1967 a Agosto de 1969.

3.5 O BATISTA PAULISTANO E O GOVERNO DO GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI

Se escolhermos um adjetivo para o governo Médici, o que melhor se aplica é o termo 'REPRESSOR'. Em seu governo a sociedade brasileira experimentou de todas as formas o aumento alarmante da coerção e, conseqüentemente, o cerceamento cada vez mais implacável dos direitos e liberdades individuais, todos os segmentos sociais sentiram a mudança do governo anterior para o então governo Médici.

São deste período os slogans: 'BRASIL, AME-O, OU DEIXE-O', 'Ninguém mais segura este país!', que era uma orientação clara que se os indivíduos apoiassem o regime militar ou que se retirassem do país e uma referência direta ao desenvolvimento econômico que o país experimentava.

A censura aos meios de comunicação e os grupos de guerrilha tiveram nesse período sua fase mais intensa.

Em meio a esta ebulição social, encontramos o seguinte artigo publicado pelo Batista Paulistano:

“NOSSA POSIÇÃO FACE AO ECUMENISMO”

‘Nós, pastores batistas militantes na região da norte e nordeste do Estado de São Paulo, reunidos em retiro espiritual na cidade de São José do Rio Preto, após analisar detidamente esse movimento, declaramos:

1º - Que é inaceitável o movimento ecumênico nos termos em que está sendo proposto, isto é, de união orgânica e com prejuízo de princípios tradicionais que caracterizam nossa fé milenar.

2º - Que desejamos a união de todos os homens, mas cremos somente na eficácia de uma união espiritual cuja base seja a identificação das vidas transformadas pelo Espírito Santo e submissas a Jesus Cristo como único Senhor e cabeça da Igreja Cristã.

3º - Que a única solução definitiva, cremos, para os males humanos é a graça de Nosso senhor Jesus Cristo no coração arrependido e na vida restaurada pela virtude do Cristo redivivo.

São José do Rio Preto, agosto de 1969.

A COMISSÃO: Pr. Gutemberg Rodrigues Silva

Pr. João Rodrigues Rodrigues

Pr. Antônio Pacheco

(Batista Paulistano, Novembro e Dezembro de 1969, p. 2)

O universo batista paulistano apresentava de uma forma muito intensa sua preocupação relacional com o catolicismo apostólico romano, questões referentes a conflitos e perseguições no interior do Estado de São Paulo, a crescente onda ecumênica que já encontrava espaço e respaldo entre algumas instituições de liturgia protestante. Parece-me que este é eleito como um dos inimigos a serem vencidos, num primeiro momento era necessário reduzir a influência do

catolicismo apostólico romano no território nacional, num segundo momento, era necessário se posicionar contra o ecumenismo. No artigo reproduzido a chamada 'união orgânica' e a 'submissão a Roma' e, vejo também uma uniformidade de credos se apresentam como elementos dificultadores do ecumenismo no Brasil. Este canaliza grande parte dos esforços batistas na época.

O editorial da edição de Abril e Maio, voltava a esboçar uma preocupação de ordem Moral:

“Editorial”

‘Na última da Ordem dos Pastores Batistas do estado de São Paulo, foi tomada uma resolução que já estava sendo ansiosamente esperada pela família Brasileira, notadamente batista. Trata-se do envio de um manifesto a sua Excia. O Presidente da República, sobre o uso e abuso de filme, programas e propagandas de rádio, televisão e jornal, explorando temas eróticos e em linguagem de pouca ou nenhuma recomendação.

O manifesto que será enviado nos próximos dias foi precedido de um telegrama ao Presidente da República, contendo a síntese do mesmo. Já no próximo número do Batista Paulistano, esperamos publicar na íntegra o texto do referido manifesto, aquele que levava o pensamento dos pastores batistas de São Paulo, contra essa série de calamidades morais que degradam o mundo inteiro e que está sendo livremente difundida no Brasil.

Tivemos o privilégio de encaminhar o assunto à Ordem dos Pastores e com emoção sentimos o apoio do dos colegas, o que evidencia a preocupação dos Ministros batistas de nosso Estado por essa obra negativa que vem sendo pregada, em campo diametralmente oposto ao que eles vêm denotadamente tentando realizar. Enquanto a ciência corajosamente se levanta para combater o álcool e o fumo, anunciando seus efeitos prejudiciais à saúde e à família e até mesmo órgão da imprensa de fama internacional para não dizer de nações que estão proibindo a propaganda desses produtos nocivos sobre todos os aspectos; mas se intensifica em nossos meios de comunicação à difusão dos mesmos. E como se não bastasse à pernicioso propaganda em alta escala, agradava-se mais a situação com a exploração do sexo, motivando o consumo da mercadoria anunciada.

Tudo isso está entrando abertamente em nosso lares todos os horários, através das revistas, jornais, rádio e televisão. É preciso que alguma providência

seja tomada e com urgência antes que seja tarde demais e se instalem em nosso querido país os tristes exemplos da infeliz Dinamarca e de outros povos tão erotizados. Congratulamo-nos com a Ordem dos Pastores batistas do Estado de São Paulo ao constituir uma comissão para redação e publicidade de tão oportuno manifesto, mostrando a desaprovação dos batistas e dando o seu grito de alerta.

Pr. Orivaldo P. Lopes

(Batista Paulistano, Abril e Maio de 1970, p. 2)

Já era este o ano de 1970 quando da publicação do artigo acima, a televisão estava comemorando em território brasileiro aproximadamente vinte anos de existência e ganhando cada vez mais espaço na vida dos brasileiros. A programação da época estava voltada para atender aos anseios da população jovem e adulta, traziam inovações e refletiam toda àquela ebulição experimentada pela chamada revolução cultural vivenciada na década de 1960.

Os meios de comunicação embora controlado de perto pelo governo militar, prestavam-se a dar vazão a uma política ufanista que contribuiu e muito para colocar em lados opostos à classe média e a intelectualidade. Esse antagonismo ficava claro no campo das produções artísticas.

“MENSAGEM DO II CONGRESSO DA MOCIDADE BATISTA DA CAPITAL DE SÃO PAULO”

‘No momento em que a juventude assume a liderança dos destinos da humanidade ditando as regras que pautam a vida dos povos, lançamos a nossa mensagem à juventude batista paulista através do II Con-Cap.

Nestes anos históricos de profundas reformulações sociais, o mundo começa a despertar de seus erros por meio de jovens que, ainda imbuídos de ideais de liberdade e paz pretendem fazer ruir os castelos medievais firmados em estruturas arcaicas de conceitos e preconceitos já superados que entravam o livre desenvolvimento dos povos.

Muitas vidas jovens foram imoladas no altar dos ideais por um mundo melhor e muitas outras ainda terão o mesmo destino. Os sacrifícios serão feitos de muitas maneiras porque os moços não titubeiam em entregar suas vidas por aquilo que julgarem ser nobre, útil e justo.

Ante a esse destemor, ante a essa audácia, um sentimento de profunda tristeza invade nossos corações, porque sabemos e estamos certos de que todos esses esforços serão baldados. Quantos jovens que, imaginando estar defendendo causas nobres, não passam de inocentes úteis nas mãos de ambiciosos. E quantos de nós também já não nos sentimos desejosos de participar de grupos que atuam por causas aparentemente nobres?

Jovens, cuidado! O mundo está cheio de reformulações, muitos grupos procurarão captar suas vidas para servirem aos seus intentos inconfessáveis. Tentarão utilizar vossas idéias, a vossa juventude e o vosso ideal de felicidade, para alcançar objetivos inteiramente diversos, e talvez, venha a ser tarde demais para voltar atrás. Vede como a mocidade caminha às escuras, engajando-se neste ou naquele movimento, para depois de muito sofrimento ver que não estava na trilha verdadeira.

Vós tendes uma responsabilidade muito grande com toda a juventude que sofre, luta e morre por ideais sem alcançá-los, porque vós tendes o caminho da verdade e da vida. O ideal de felicidade pelo qual tantos deram suas vidas, e tantos outros certamente darão, está em vossas mãos.

Vossas vidas devem testemunhar da verdadeira paz, da verdadeira justiça e de verdadeiro amor que o mundo só pode encontrar em Cristo, a única esperança.

Deveis estar preparados, agora que o mundo está voltado para os jovens, para responder com mansidão e temor a qualquer que pedir a razão da esperança que há em vós.

A comissão de mensagem do II Con-Cap.

P.S. – É com prazer que publicamos essa mensagem no desejo que sirva de alerta e desafio à nossa juventude.

Pr. Orivaldo P. Lopes

(Batista Paulistano, Junho e Julho de 1970, p. 2)

Ao ler este artigo é possível perceber que da mesma forma que a revolução cultural invade os arraiais batistas, o desejo de libertação também o faz; agora não se dá apenas na esfera das tradições e dos costumes, mas, político, ideológico e há claros indícios de que a juventude batista poderia aceitar se envolver em um outro tipo de agremiação. Os diversos cartazes espalhados pelo governo militar

expondo os rostos dos “terroristas” eram de jovens, vários deles saídos do campus universitário, alunos dos mais diversos cursos superiores. A luta pelos tais ideais eram sim o dos direitos e das liberdades individuais cerceadas pelo governo que foi o campeão da repressão no período ditatorial no Brasil: Governo Médici.

“MEMORIAL ENVIADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI”

‘Snr. Presidente.

A Ordem dos Pastores batistas do estado de São Paulo, entidade que congrega todos os pastores de Igrejas Batistas do estado Bandeirante, alarmada com a corrupção dos costumes e com a avalanche de imoralidade que está sendo conduzida pelos meios de divulgação em nossa Pátria, resolveu em Sessão Regular, enviar a V. Excia. O seguinte

MEMORIAL

Somos gratos a Deus por ter V. Excia sido escolhido em momento tão difícil, para conduzir o nosso amado Brasil, à posição que deve aparecer no concerto das demais nações. No pouco tempo em que V. Excia tem exercido o governo de nossa terra ficou patenteada a capacidade de comandar este grande povo com serenidade, com justiça e com firmeza.

Podemos avaliar as dificuldades com que V. Excia. Se defronta na busca de soluções para os problemas em tão grande número, tão variados, tão complexos, na direção desse grande povo espalhado por este grande território. Reconhecendo o peso do grande fardo que está sobre os ombros de V. Excia é que o povo batista do Estado de São Paulo, não cessa no cumprimento de sua responsabilidade de interceder junto ao Todo-Poderoso em favor da Presidência e do Governo do Brasil.

Reconhecendo que muitos dos mais angustiantes problemas do povo brasileiro já estão sendo devidamente equacionados pelo governo de V. Excia. E soluções acertadas estão sendo encontradas.(...)

(Batista Paulistano, Junho e Julho de 1970 , p. 6)

Este documento foi enviado ao Presidente da República com o objetivo de solicitar maior controle por parte do governo sobre os órgãos de comunicação. Mas, chama-nos a atenção os parágrafos iniciais do documento sobre os elogios direcionados ao presidente. Aparentemente o progresso econômico vivido pelo

país encontra reflexo no artigo, elementos como a extensão territorial e a diversidade de problemas existentes são apontadas como elementos dificultadores de um melhor desempenho por parte do governo do país.

Neste período são iniciadas as obras monumentais, algumas das quais não seriam concluídas jamais. A modernização e o crescimento experimentados pelo Brasil seriam responsáveis pela maior concentração de renda já vivenciada por essa nação.

Os artigos de caráter teológico procuram orientar o povo Batista. Na edição de 1970 é possível encontrarmos uma referência ao socialismo de uma forma bastante interessante:

“O JULGAMENTO DE DEUS SOBRE UM REI ÍMPIO”

‘(...) Atualmente no leste europeu, observamos o todo poderoso ‘império moscovita’, brandindo suas armas (até certo ponto apoiada na sua aliada à China comunista), contra as democracias num movimento subterrâneo, através de guerrilhas, campanhas desmoralizantes contra os poderes constituídos, greves sob o menor pretexto, fornecimento de armas aos árabes e norte-vietnamitas, movimentos que constituem autênticas pragas nesta hora conturbada que o mundo atravessa.(...)

(Batista Paulistano, Dezembro de 1970 , p.12)

Este trecho foi extraído de um artigo ‘essencialmente teológico’ que pautado em textos bíblicos vétero-testamentários, equipara o Império Babilônico, a Alemanha nazista, a Macedônia de Alexandre, o Grande, o Império Napoleônico, a URSS e a China na mesma proporção, esquecendo-se de seus contextos sócio-históricos. Nesse caso ímpios são sempre os outros.

O Batista Paulistano ganha um maior número de páginas, mudanças ocorrem na redação do periódico, assume como redator Nelson Nunes de Lima que agora tem um redator auxiliar, Eliezer Rocha e que no ano de 1972, tem o pastor Orivaldo Pimentel Lopes como redator oficial do jornal.

Durante esse período outros diversos temas ganharam destaque: alguns enfatizando a leitura dos textos sagrados e promovendo uma exposição na Galeria Prestes Maia em São Paulo (Campanha das Sagradas escrituras, com a publicação de cartas do senador Lino de matos e da Vereadora Theodosina Ribeiro na edição de Novembro e Dezembro de 1969, nº 05, pág 10); sobre música sacra (A música na congregação, publicado em Novembro e dezembro de 1969, nº 05, pág 10); trajes adequados para as celebrações (Não venha assim, publicado em Janeiro de 1970, nº 01, pág 02); o desafio de São Paulo (Vede os Campos, publicado em janeiro de 1970, nº 01, pág 05); normas para a música na Igreja (As tarefas do depto de música publicado em Fevereiro e Março de 1970, nº 02, pág 01); sobre os batistas no mundo (XII Congresso da Aliança Batista Mundial, publicado em Junho e Julho de 1970, nº 03, pág 01); sobre as decisões do congresso (Resoluções do Congresso da Aliança Batista Mundial, publicado em Junho e Julho de 1970, nº 03, pág 03); (Instituto de Abreugrafias, publicado Junho e Julho de 1970, nº 03, pág 03); cultura (Divulgadores culturais, publicado em Agosto e Setembro de 1970, nº 04, pág 02); sobre leigos na igreja (Sobre o papel dos Leigos na causa de Cristo, publicado em Outubro e Novembro de 1970, nº 05, pág 01); Bíblia e exército (Bíblias no batalhão de Itororó, publicado em Outubro e Novembro de 1970, nº 05, pág 01); moralidade católica (Será apenas o celibato, o obstáculo que paira sobre a Igreja Católica?, publicado em Dezembro de 1970, nº 06, pág 13); sobre política (Assembléia legislativa de São Paulo – Deputado Gióia Jr transforma assembléia em um verdadeiro templo, publicado em Janeiro e Fevereiro de 1972, nº 01, pág 1); Loteria esportiva e a apresentação na primeira página dos projetos apresentados pelo deputado Gióia Jr – O deputado cristão.

Além desses elaboramos a seguinte tabela de artigos e assuntos para melhor explicitarmos nossa constatação:

Artigos Publicados pelo Batista Paulistano durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici	
Tema / Assunto	Quantidade de artigos
Informes Denominacionais	392
Teológico	33
Sociedade	10
Educação Secular / Teológica	25
Finanças	05
Editorial	04
Necrológico	54

Fonte: Batista Paulistano, Agosto de 1969 a Março de 1974.

O objetivo deste capítulo foi mostrar a trajetória do jornal Batista Paulistano desde os anos de 1961 até 1974.

Foram apresentados diversos artigos publicados no período e que revelam as preocupações, as diretrizes e o pensamento batista em relação à política, a sociedade, a economia e a cultura.

As tabelas apresentadas ao término de cada período, mostram a evolução quantitativa nas publicações de diversos artigos referentes ao grupo.

As informações apresentadas aqui, nos auxiliarão na compreensão do capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV
A RELAÇÃO DOS BATISTAS BRASILEIROS DE SÃO PAULO COM
O ESTADO NACIONAL NAS PÁGINAS DO BATISTA PAULISTANO

Introdução

Os capítulos anteriores mostraram a origem, organização e o pensamento dos Batistas Brasileiros, o contexto histórico do país numa época bastante instável em todos os aspectos, e por fim, a trajetória do jornal do governo Jânio ao governo Médici.

Assim, neste capítulo procuramos identificar a forma com que o grupo, objeto deste trabalho, relaciona-se com o Estado Brasileiro durante os diversos governos ocorridos entre 1961 e 1974. Este período é marcado pelos últimos governos civis democraticamente eleitos e pelo governo dos primeiros militares, até o término do período de maior repressão.

Identificar a cosmovisão batista através do Jornal Batista Paulistano, equivale, sem sombra de dúvidas, a conhecer os princípios norteadores de suas ações. As crenças que constituem e estão constituídas no grupo.

O Batista Paulistano é há cem anos o órgão oficial de comunicação interna dos Batistas Brasileiros no Estado de São Paulo. É através dele que há um século se podem ouvir as lideranças das comunidades locais e estaduais. Nesse sentido, a sua importância enquanto fonte histórica, reveladora do olhar e do cotidiano batista para e no o Estado Nacional se amplia.

Para efeito didático adotarei a mesma divisão político - cronológica utilizada no capítulo anterior.

4.1 O Batista Paulistano em 1961

O ano de 1961 marca o início e o término do governo Jânio Quadros. Período em que a sociedade experimenta transformações e crises em todos os aspectos, social, econômico, político e mesmo cultural.

O Batista Paulistano desde o início de sua fundação sempre se propôs a executar a função de porta-voz do grupo para o próprio grupo.

Seus artigos eram destinados a informar a membresia batista, ao mesmo tempo em que, também conferiria – lhes unidade através da uniformidade de princípios.

Nesse período o jornal não superava a tiragem de 6.000 cópias. As unidades possuíam aproximadamente seis páginas e figuravam entre seus artigos diversos assuntos. Os temas mais recorrentes nas edições foram os seguintes: Informes Denominacionais, Teológico, Sociedade, Educação Secular e Teológica, Finanças, Editorial e Necrológico.

Observe Gráfico abaixo:

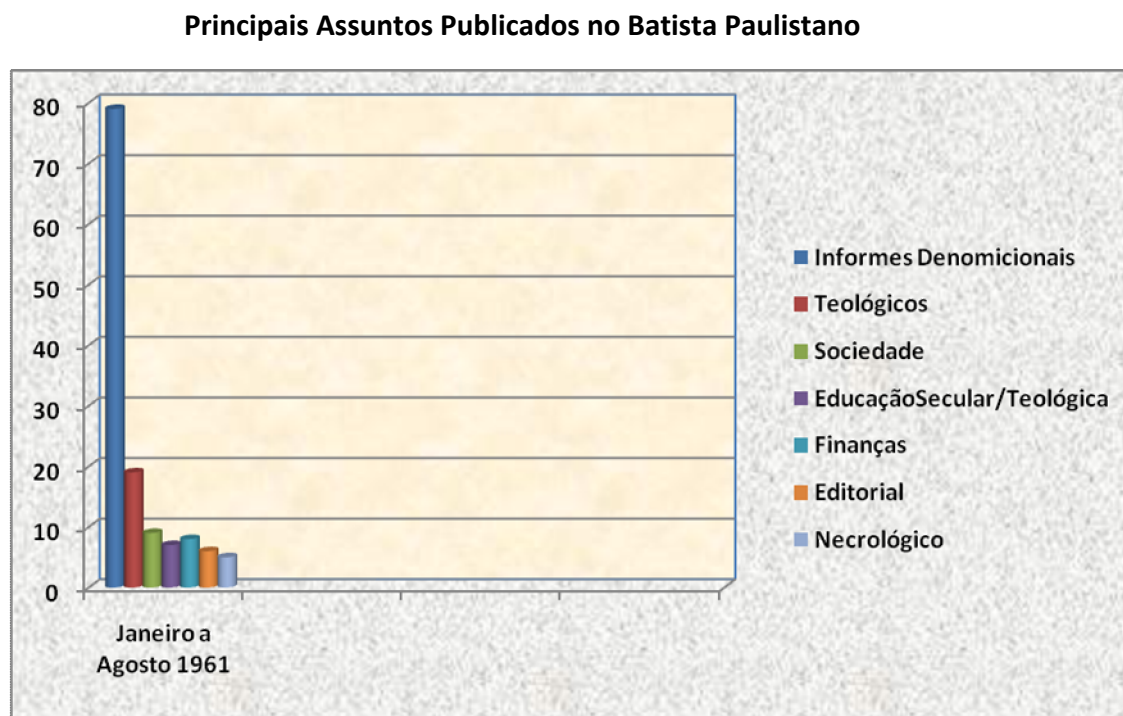


FIGURA Nº 1 –COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 01/1961-08/1961

Fonte: Batista Paulistano Janeiro / Agosto de 1961

Observando o conjunto das edições do Batista Paulistano durante os meses Janeiro a agosto, período que a chefia do Poder executivo era exercida pelo presidente Jânio Quadros, predominaram os artigos que informavam sobre as ações denominacionais.

Estes artigos procuravam dar visibilidade às comunidades locais e retransmitiam as decisões tomadas por ocasião da reunião da Convenção Estadual. Os investimentos realizados pelo grupo na construção de templos, as atividades realizadas pelas diversas faixas etárias também estão presentes nesse grupo.

Dentro do tema teologia, os embates entre os batistas e o Catolicismo romano receberam grande destaque, embora sejam poucos artigos, estes possuíam um espaço privilegiado dentro do jornal. Nos artigos analisados existem críticas à infalibilidade papal, ao batismo de crianças e à adoração de santos. Outros artigos de caráter teológico são discursos proferidos por alguns líderes nas grandes assembléias convencionais ou que procuram orientar grupo quanto ao comportamento social.

No tema Sociedade, os artigos analisados tratam de questões salariais de seus ministros, entre os batistas, cada comunidade era responsável pelo sustento de seus líderes. O apontamento das falhas do sistema de aposentadoria nacional é a justificativa para motivar a membresia a se associarem à Junta de Beneficência, uma espécie de fundo de aposentadoria privada. A crítica feita denota que alguns órgãos mantidos pelo Estado são incapazes de prestar um serviço de boa qualidade.

É desse período a inserção de propagandas da principal instituição educacional mantida pelos batistas no Estado de São Paulo, o Colégio Batista Brasileiro. Os artigos demonstram uma preocupação especial com a formação

teológica da liderança denominacional. O jornal é um dos mecanismos utilizados para a mobilização do grupo para iniciarem uma faculdade teológica nas dependências do Colégio Batista Brasileiro.

O jornal era o meio pelo qual as diversas Juntas Executivas prestavam conta dos recursos que recebiam, sendo assim, é possível encontrar diversos balancetes de movimentos financeira e patrimonial dos diferentes departamentos do grupo. Nestas prestações de conta, são explicitadas as contribuições de cada uma das comunidades associadas à Convenção.

Poucos foram os editoriais publicados e diferem dos editoriais atuais, porque não representam a opinião do jornal ou do grupo mantenedor.

A sessão de necrologia, inicialmente ocupava pouco espaço no jornal e consistia na publicação do nome dos membros falecidos, das suas comunidades e a data.

4.2 O BATISTA PAULISTANO ENTRE 1961 E 1964.

Este é o período em que João Goulart governa o Brasil, sem dúvida estes foram anos de forte tensão na esfera política. O jornal Batista Paulistano ainda mantém suas características: tamanho e número de páginas.

A exemplo do que ocorre no período anterior, não publica conteúdo de caráter litúrgico: hinos e orientações para os cultos.

Com a expansão do número de comunidades batistas pelo Estado de São Paulo, o redator registra a necessidade de se alterar a estrutura do jornal para melhor atender às necessidades denominacionais.

Principais Assuntos Publicados no Batista Paulistano

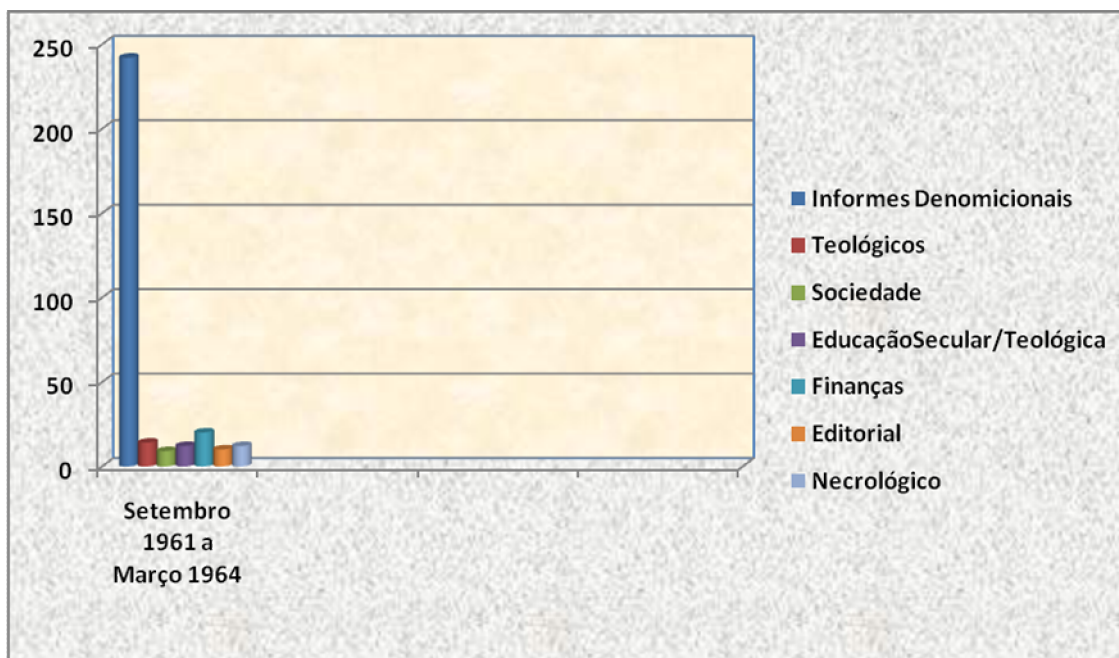


FIGURA Nº 2 COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 1961 - 1964

Fonte: Batista Paulistano

Observando o gráfico acima fica visível um aumento considerável no item Informe Denominacionais, o mesmo ocorre devido a análise de um período maior e conseqüentemente à existência de um número maior de comunidades no Estado de São Paulo.

Figuram entre os informes denominacionais artigos que divulgam a inauguração e construção de grandes e suntuosos templos, chama-nos a atenção, o fato de que na maioria deles se dá destaque à localização do santuário: Perímetro urbano.

Um grande espaço é reservado nas edições de fevereiro de cada ano para a publicação dos informes referentes às assembléias da Convenção Batista Brasileira e Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Dentro do item Teológico, são apontadas as mudanças implementadas pelo concílio vaticano II, facilmente se pode perceber pelas páginas do Batista Paulistano. Comparando com o período anterior, o número de artigos que de conteúdo teológico sofre uma redução.

Verifica-se que neste período que os artigos publicados pelo jornal, deixam transparecer que a tensão existente no campo religioso transfere-se para o campo social. Os embates entre o romanismo e o protestantismo batista começam a ocupar com maior intensidade as páginas do jornal.

Os artigos sobre a sociedade abordam a tensão vivida entre batistas e católicos no interior de São Paulo, sobretudo no que diz respeito às perseguições. O número de artigos sobre a sociedade da época, no ano de 1961 e período 1963-1964 é exatamente o mesmo.

O tema Educação Secular e Teológica apresenta um aumento na publicação de artigos. O jornal é dos meios de divulgação da Faculdade Teológica do Colégio Batista Brasileiro. Estes artigos trazem as fotos dos formandos da Faculdade de Teologia na primeira capa.

No item finanças, registram-se apenas oito publicações neste período são vinte, referentes aos relatórios da Junta executiva e dos demais departamentos pertencentes à Convenção Batista Paulistana, atual Convenção batista do Estado de São Paulo

O número de editoriais também sofre um acréscimo considerável se compararmos com o período anterior. Mas os editoriais não expressam a opinião do grupo, apenas a visão do jornal sobre as atividades desenvolvidas e que estão sendo divulgadas.

O setor Necrológico passa por alterações, além das informações fornecidas sobre as pessoas que faleceram, começam a publicar uma mini biografia acerca delas. Sendo assim, este é um tema que ganha mais espaço nas páginas do jornal.

4.3 O BATISTA PAULISTANO ENTRE 1964 E 1967

Período em que o Brasil foi governado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fase inicial do regime militar brasileiro. Época bastante conturbada.

Tempo de preparar o povo batista para as grandes campanhas que aconteceriam em 1965. O jornal apresenta neste período artigos com textos maiores que os publicados no período anterior.

Principais Assuntos Publicados no Batista Paulistano

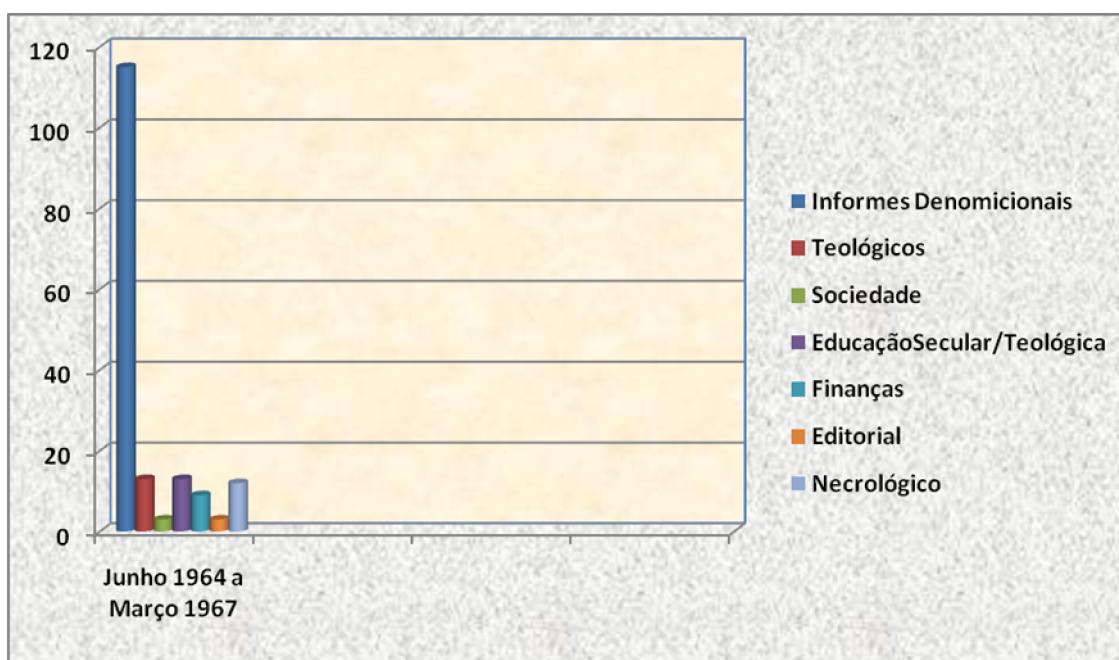


FIGURA Nº 3 COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 1964 - 1967
Fonte: Batista Paulistano

No item, Informes denominacionais, ocorre uma redução na quantidade de artigos publicado, no entanto, a observação das edições revela que ocorreu de maneira considerável o número de linhas destinadas aos artigos de informação sobre a denominacional. Reduziu-se a quantidade de artigos mas ampliou-se o espaço no jornal. Todos estão voltados para a mobilização do grupo

Observa-se que a quantidade de artigos, de caráter teológico foi reduzido se compararmos ao período anterior.

Embora seja um período de grandes agitações sócio-políticas, não se registram artigos que façam menção aos acontecimentos extra-igreja.

Há uma redução nas publicações referentes às finanças. Nota-se que neste período o jornal já não fornece mais o valor das contribuições realizadas por cada igreja. Muda-se a maneira de se a maneira de se publicarem a arrecadação dos recursos financeiros da convenção.

O item Editorial, que consiste em pareceres do redator e não da denominação sofre forte redução, apenas três editoriais são publicados no período.

O setor de Necrologia tem seu número de publicações aumentado desde o período anterior, quando ocorre a inserção das publicações da biografia da membresia.

4.4 O BATISTA PAULISTANO ENTRE 1967 E 1969

Período presidido pelo marechal Artur da Costa e Silva, nessa época ocorrem diversas manifestações públicas. Os artigos publicados no jornal Batista

Paulistano experimentam um salto quantitativo, nessa época as edições do jornal são irregulares: bimestral e trimestral.

O fato é que o jornal tem agora aproximadamente 18 páginas, ainda em preto e branco, com páginas de tamanho A3.

Principais Assuntos Publicados no Batista Paulistano

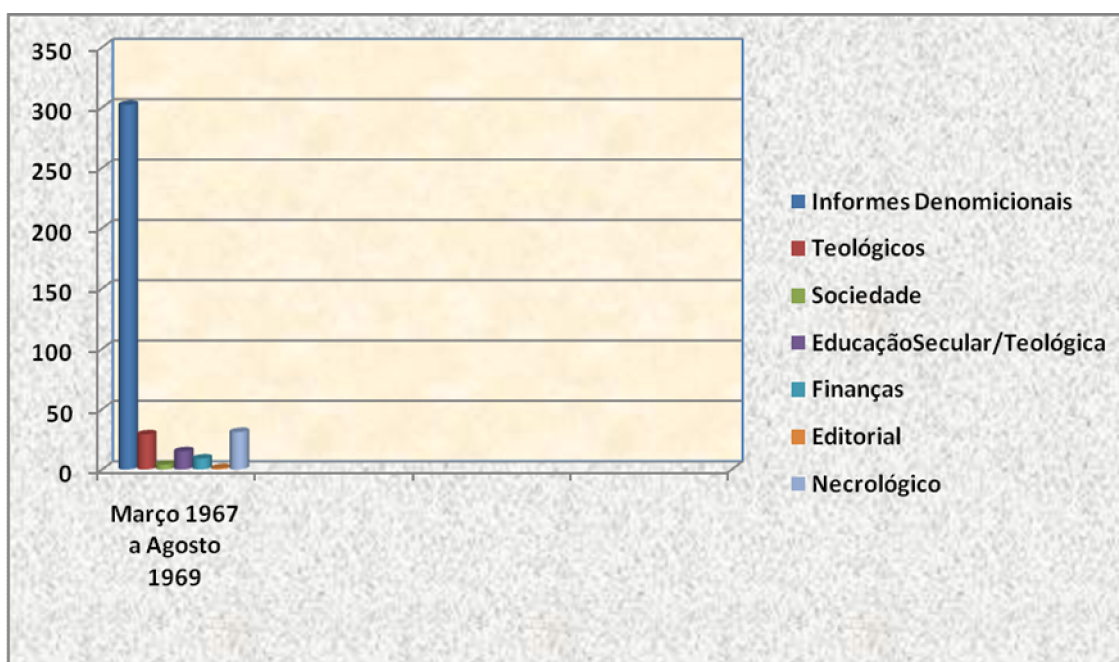


FIGURA N° 4 COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 1967 - 1969
Fonte: Batista Paulistano (1967-1969)

Verifica-se um aumento considerável no item Informes denominacionais, as ações dos batistas no Estado de São Paulo recebem grande espaço nas primeiras páginas. Cartas enviadas pelas autoridades também publicadas são nesse espaço com certo destaque.

Os artigos de caráter Teológicos aumentam consideravelmente se compararmos com o período anterior. São essencialmente explicativos, fornecem respostas para as crises social, moral e política pelo olhar religioso.

Temos no período apenas quatro artigos que fazem menção à sociedade, nenhum deles aborda temas que não se relacionam ao rebanho. Esse assunto recebe o menor espaço para publicações.

No item Educação Secular e Teológica, são publicadas propagandas das instituições de ensino batista secular e teológico em maior número do que no período anterior.

Outro assunto: Finanças, registra a publicação de apenas 09 balancetes. Comparando com os demais períodos analisados até aqui, as prestações de contas se mostram cada vez mais simples. Muitas informações financeiras (os valores das contribuições) que apareciam antes foram suprimidas.

Publica-se apenas um Editorial expressando a opinião do redator e não do grupo mantenedor do jornal.

O setor Necrológico é o que apresenta maior número de publicações se compararmos com os demais período já analisados até aqui.

4.50 BATISTA PAULISTANO ENTRE 1969 E 1974

Neste período o jornal já conta com um número de páginas superior a quinze, mantêm-se a estrutura.

O jornal registra um aumento considerável de artigos, embora permaneça o predomínio de artigos que informam o povo sobre as realizações do grupo enquanto denominação. Registra-se na publicação paulista a publicação de manifestos por parte de organizações fazendo referência a acontecimento extra-igreja, fatos de relevância tecno-científica.

Durante o Governo de Médici, o jornal tem sua publicação regularizada, é bimestralmente publicado e sua tiragem ultrapassa 6.000 exemplares.

Principais Assuntos Publicados no Batista Paulistano

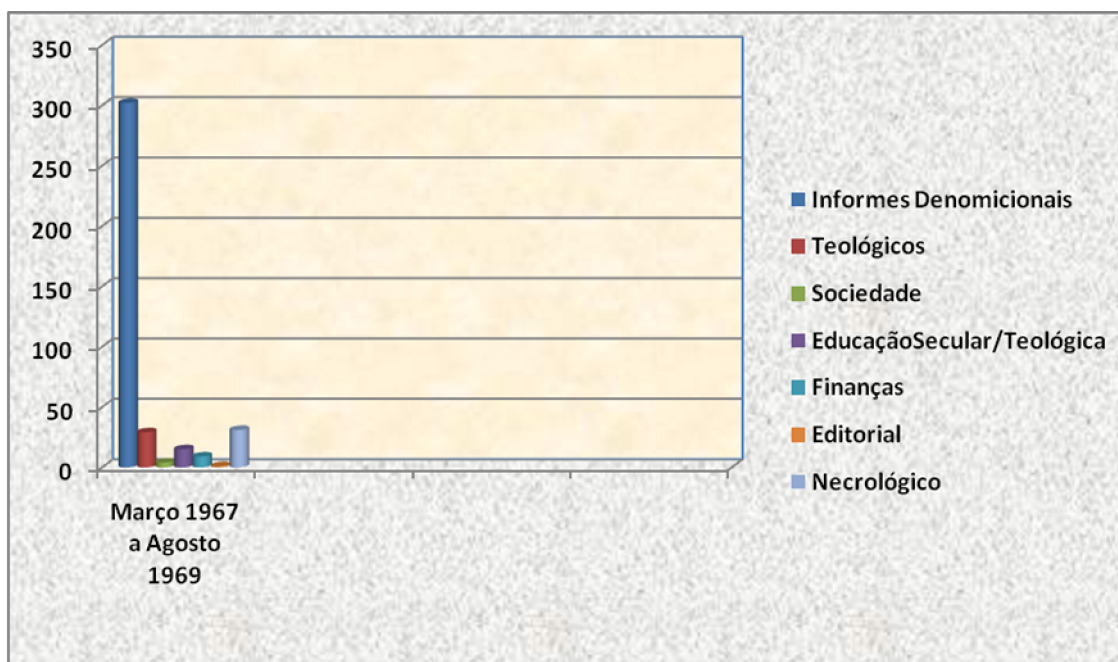


FIGURA Nº 4 COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 1969 - 1974
Fonte: Batista Paulistano (1969-1974)

Analisando os dados contidos no gráfico acima, percebemos que o item Informes Denominacionais continua apresentando um grande crescimento na publicação de artigos. Chegando a aproximadamente 400 no período. É através dele que se mapear a ação do grupo em diversas regiões do estado de São Paulo.

O número de artigos Teológicos continua apresentando um crescimento considerável se compararmos os dois últimos períodos com os anteriores. Na medida em que, a instabilidade se intensifica no país, aumenta o número de artigos procurando soluções no campo religioso.

A Sociedade continua ocupando um espaço menor dentro da estrutura do jornal. Poucos artigos fazem referência a acontecimentos sociais que não envolvam diretamente a membresia denominacional.

Verifica-se que o jornal amplia o espaço dedicado aos artigos que tratam de Educação Secular e Teológico ao compararmos com o período anterior. O dia-a-dia das principais instituições são explicitado nas publicações.

Os itens referentes a finanças e Editorial perdem espaço.

O setor Necrológico apresenta um aumento considerável quando comparamos com os períodos anteriores. É dado destaque às ações realizadas pelos que faleceram. Os textos se assemelham a memoriais.

4.60 BATISTA PAULISTA NO PERÍODO 1961 A 1974

O jornal desempenha um papel importante para a manutenção da coesão do grupo. É através dele que falam os principais líderes batistas e que se dá visibilidade às ações do grupo.

No entanto, nem todos os artigos enviados ao Batista Paulistano encontram espaço nas páginas do jornal. A existência de um redator justifica a pré-seleção dos artigos a serem publicados.

Existe uma variação quantitativa na publicação dos artigos e na maioria deles, todos os aspectos referentes à vida do brasileiro batista ou não, passa pelo viés religioso, é esse o olhar que predomina.

Principais Assuntos Publicados no Batista Paulistano

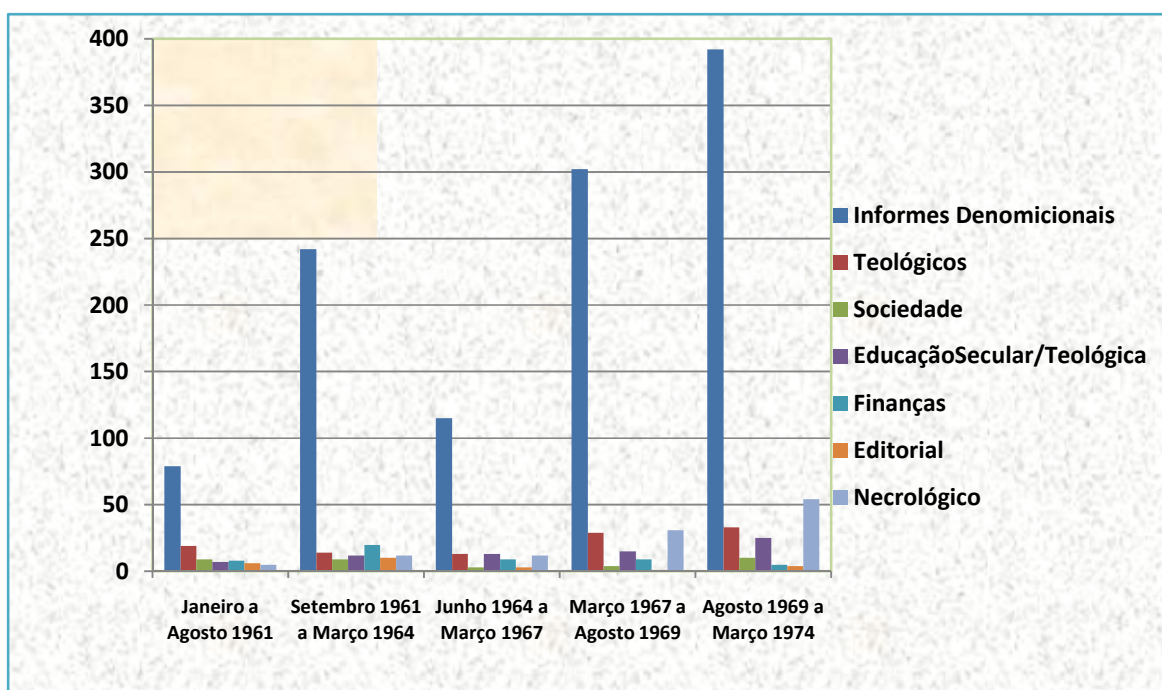


FIGURA Nº 5 COMPARATIVO DE ASSUNTOS: 1961 - 1974

Fonte: Batista Paulistano (1961-1974)

É visível a evolução do jornal no período. Podemos perceber que na medida em que o tempo avança, um espaço maior é dado aos Informes Denominacionais.

A estrutura se manteve durante todo o período analisado, variando a periodicidade e o aumento do número de páginas nas edições publicadas no final do período analisado.

Os principais assuntos abordados nas tabelas e gráficos, apresentados nos dois capítulos anteriores, abrangem a totalidade dos artigos publicados nas páginas do Batista Paulistano. Os artigos nos permitem conhecer o olhar do povo batista sobre a sociedade em que estavam inseridos.

CONCLUSÃO

Ao percorrer a trajetória do jornal Batista Paulistano do Governo Jânio Quadros ao Governo Médici, verifica-se que o tratamento dispensado por parte do grupo à preservação deste material riquíssimo, apresenta algumas falhas.

Embora os arquivos da Faculdade Teológica Batista de São Paulo e da Convenção Batista do Estado de São Paulo possuam grande parte de suas publicações, em alguns momentos de extremada relevância no cenário nacional, nota-se a inexistência de algumas edições.

O jornal Batista Paulistano configura-se em um dos documentos históricos mais importantes, quando os objetivos consistem em conhecer as ações do grupo em diversos períodos da história nacional, suas preocupações e prioridades, seu imaginário e cotidiano.

É a partir dele que podemos mapear as estratégias de crescimento do grupo, identificar e compreender as alterações em sua forma de organização, conhecer os temas que mobilizaram o grupo em determinadas épocas.

Reconhecendo a importância deste importante documento histórico, verificamos que o jornal foi fundado ainda no início do século XX, com a responsabilidade de ser o principal órgão divulgador das ações e dos princípios batistas entre os próprios batistas do estado de São Paulo. Não se percebe a intenção de transformar a publicação em um periódico secular ou que viesse a concorrer com outros jornais existentes por ocasião de sua fundação.

No período analisado por este trabalho encontramos o jornal Batista Paulistano cumprindo muito bem a função para a qual foi criado.

No entanto, enquanto meio de comunicação, os jornais constituem em um importante instrumento de propagação de ideologias – conjunto de crenças que

visam dar coesão aos grupos sociais, aos partidos políticos ou religiosos e etc. -, isso pode ocorrer de maneira direta ou indireta.

Ao ler as centenas de artigos, publicados em suas páginas durante o período que se inicia com a posse do Presidente Jânio Quadros e que, se estende até o término do governo Médici, nota-se que não há um posicionamento claro acerca dos acontecimentos socioeconômicos e políticos presenciados no período.

Não são publicados artigos que expressem a opinião do jornal sobre as crises institucionais e econômicas que assolavam a federação.

O jornal Batista paulistano é marcado por uma imparcialidade irrestrita. Ocorrem mudanças de governo, na forma de governo, um importante plebiscito é realizado, o regime democrático é suprimido, alterações constitucionais são realizadas periodicamente e o jornal se silencia diante de absolutamente tudo.

As poucas vezes em que o jornal publicou artigos que faziam referência à conjuntura nacional ou internacional, o fez através do viés religioso, mantendo-se fiel ao princípio que deu origem à sua fundação: ser um informativo.

Os governos militares implantam uma gigantesca estrutura de controle das mídias através da censura, mas esta não chega às publicações do Batista Paulistano.

A liderança batista no período analisado, se aproxima dos governos militares instituídos. Promovem encontros para dar visibilidade às ações do grupo e declarar não o apoio de forma explícita, mas o reconhecimento das boas intenções das políticas desenvolvidas pelos governantes em exercício.

Nesse período existem diversos missionários estadunidenses ocupando funções de grande expressão entre os batistas de São Paulo, destaco aqui os seguintes: Ronald Rutter, Thurman Brayant, Werner Kaschel, Henry Peacock, Zual lawson, C. Porter, Miss. Bill Vinton, dentre outros. Talvez a presença de líderes estadunidenses ocupando posições importantes dentro do grupo no Brasil, ratifique no campo religioso o apoio dado aos militares no campo da política internacional.

Outras denominações protestantes se opuseram ao regime Militar de forma explícita, Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Metodista. Verifica-se também a existência de membros da Igreja Assembléia de Deus e da Igreja Batista militando na esquerda brasileira.

Durante o Regime Militar, A Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, publica no principal no jornal denominacional “ O Batista”, um Manifesto contrário aos abusos dos governos militares, no entanto, tal documento não retrata a opinião e posicionamento da totalidade dos Ministros em exercício na época.

A abordagem de temas sociais pelo viés religioso, pontuando de maneira indireta as crises instauradas no país, o silêncio verificado em diversos momentos sobre vários assuntos. Demonstra a divergência que tem lugar entre os batistas brasileiros de São Paulo e que se expressa na principal publicação do grupo.

Penso que para respondermos à problemática deste trabalho, que é sobre a provável imparcialidade ou engajamento político do Jornal Batista Paulistano no período transitório Estado democrático de direito e regime militar, precisamos retomar os princípios constitutivos do grupo.

[...] 1º - A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra-de fé e conduta”.

2º - O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e, biblicamente, batizadas.

3º - A separação entre igreja e estado.

4º - A absoluta liberdade de consciência.

5º - A responsabilidade individual diante de Deus.

6º - A autenticidade e apostolicidade das igrejas.”

(Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira, 1966)

Só podemos compreender tal postura a partir dos princípios de total separação entre a Igreja e o Estado, da ampla liberdade de consciência, princípios estes que possibilitaram o posicionamento divergente de pequenos grupos dentro da denominação, mas que de maneira alguma refletirão a posição do grupo, pois, a estrutura organizacional do grupo não coloca em evidência ou credencia indivíduos ou veículos de comunicação interna a falarem em nome da denominação.

O papel do jornal Batista Paulistano no período estudado é de dar visibilidade às diversas opiniões presente no grupo. As divergências internas visíveis em suas publicações e que podem dar margem ao uma suposta imparcialidade ou engajamento político, representam a defesa irrestrita da autonomia individual e comunitária presente nos artigos 2º, 3º e 4º de sua Declaração Doutrinária .

BIBLIOGRAFIA

ALAMBERT, Francisco. *A Semana de 22 – A aventura modernista no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *Cultura e Sociedade: 1940 – 1968*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1996.

AZEVEDO, Antônio Carlos do; GEIGER, PAULO. *Dicionário Histórico de Religiões*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AZEVEDO, Israel Belo de. *A Celebração do Indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2004.

COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

COUTO, José Geraldo. *Brasil: anos 60*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O breve século XX 1914 – 1991*. 2ª ed. São Paulo: Novas fronteiras, 1995.

MACHADO, João Luís de Almeida. *Pesadelo de 1964*. Ditaduras do Século XX. São Paulo: Editora Scala, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime Militar: novas perspectivas*. 1ª ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

MATHER, George A.; NICHOLS, Larry A. *Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora Vida, 2000.

MENDONÇA, Antônio Gouveia; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PEREIRA, José dos Reis. *História dos Batistas no Brasil (1882-1982)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Rumo e Prumo. 3ª ed. São Paulo: CEBESP e OPBB-SP. 2004/ 2005

SANTOS, Marcelo. *O marco inicial Batista: História e Religião na América latina à partir de Michel de Certeau*. 1ª ed. São Paulo: Coleção Igreja Sem Fronteiras, 2003.

SCHIMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

SKIDMORE _____ . *Uma História do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SZTERLING, Silvia. *A Guerra Silenciosa*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

VIEIRA, Evaldo. *A República brasileira: 1964 – 1984*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1985.

VILARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento: música, festivais e censura*. 3ª ed. São Paulo: Olho d'água, 2001.

JORNAL

BATISTA PAULISTANO. (1960 -1974)

SÍTIO

Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Disponível em: http://www.cbesp.org.br/portal/?page_id=68. Acesso em: 3 de setembro de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)